



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MAIO/2010



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Conta da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Belém, 5/05/2010

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

LOA - Lei Orçamentária Anual

Dec. - Decreto

Port. - Portaria

CONDEL - Conselho Deliberativo

PRDA - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia

UJ - Unidade Jurisdicionada

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SDR - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional

SOF - Secretaria de Orçamento e Gestão

PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PRODESAM - Programa de Ações Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

PROMESO - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

SINDEC - Sistema Nacional de Defesa Civil

FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

APL - Arranjos Produtivos Locais

PA - Plano de Ação

PPA - Plano Plurianual

TCU - Tribunal de Contas da União

MRE - Ministério das Relações Exteriores

LISTA DE TABELAS RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Tabela 1 - Aquisição de Equipamentos de Informática	16
Tabela 2 - Aquisição de Suprimentos de informática	17
Tabela 3 - Contratação de serviços	17
Tabela 4 - Contratação de Serviços continuados	17
Tabela 5 - Contratos vigentes no exercício de 2009	19/20
Tabela 6 - Previsão Orçamentária - Limites Autorizados	21
Tabela 7 - Quantidade de Licitações realizadas em 2009	55
Tabela 8 - Execução Orçamentária - Por Programa	60
Gráfico 1 - Execução Orçamentária por Programas	61
Gráfico 2 - Recursos Previsto e Executado - Por Diretoria	61
Gráfico 3 - Percentual de Execução de Despesas - Por Área	62
Tabela 9 - Ações da área de Ciência, Tecnologia e Inovação	63
Gráfico 4 - Evolução da conta contábil “A Aprovar”	69
Tabela 10 - Cartas-consulta Aprovadas em 2009	89
Tabela 11 - Identificação dos Projetos aprovados em 2009	90
Tabela 12 - Evolução das liberações	90
Tabela 13 - Número de empregos diretos e indiretos	91

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	6
2. OBJETIVOS E METAS INTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS.....	7
Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	7
Estratégia de Atuação.....	11
Programas e Ações.....	22
Desempenho Operacional.....	51
Programação Orçamentária.....	52
Execução Orçamentária.....	55
Evolução de Gastos Gerais.....	64
Execução Física e Financeira das ações realizadas.....	66
Indicadores de Desempenho.....	68
3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	70
4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	72
5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	72
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO.....	73
7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	74
8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	74
9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	83
10. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIO-ECONOMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDO.....	92
11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	92
11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	92
12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.....	92
13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.....	92
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.....	92
15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	92
16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS.....	93

ANEXOS

Anexo A - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Anexo B - Determinações e Recomendações do TCU

Anexo C - Dispensa de Instauração de TCE e TCE cujo envio foi dispensado

Anexo D - Declarações SIASG e SICONV

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			
Denominação abreviada: SUDAM			
Código SIORG: 091138	Código LOA: 53202	Código SIAFI: 533013	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração Pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(091) 4008-5440	(091) 4008-5441	(091) 4008-5442
Endereço eletrônico: gabinete@sudam.gov.br			
Página da Internet: http://www.sudam.gov.br			
Endereço Postal: Av. Almirante Barroso, nº 426 - Marco, 66.093-020, Belém - PA			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.199, de 28 de agosto de 2007, revogado pelo Decreto nº 6.218, de 04 de outubro de 2007, Regimento Interno, Norma de Procedimentos.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Ação/2009, folders, informativos.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-		-	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1 Responsabilidades Institucionais – Papel da Unidade na execução das políticas públicas

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração Nacional, cuja competência institucional é a promoção do desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Nesse contexto a Sudam tem por responsabilidade político-institucional a execução de políticas públicas que visem à redução das desigualdades regionais e à ativação dos potenciais de desenvolvimento da Amazônia Legal, tendo como um dos principais instrumentos de execução a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, que direcionou os programas e as ações apoiadas em 2009, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também, seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, com a atração de investimentos e implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio a transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

Buscando como fim a inserção da Amazônia Legal no comércio nacional e internacional, intensificou-se em 2009 a divulgação dos instrumentos de atração e manutenção de investimentos, incentivos e benefícios fiscais, nos eventos regionais e nacionais nos quais a Sudam participou, como Feiras, Congressos, etc.

Relativamente à responsabilidade de definição dos objetivos e metas econômicas e sociais e à formulação de planos e diretrizes que levam ao desenvolvimento sustentável da região amazônica, a Sudam intensificou as articulações os órgãos e instituições que atuam na região, como Ministério da Integração/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Orçamento e Gestão (SOF), Banco da Amazônia, Secretarias Estaduais de Planejamento, Universidade Federal do Pará, e outros. O objetivo é a elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento que contemple as multiplicidades de demandas da região, consorciando o maior número possível de atores nessa construção.

O PRDA está em fase de estruturação de seus objetivos e os programas de

desenvolvimento, e está sendo realizado com a SDR e SOF. Esta é a principal fase da elaboração do Plano, conquanto estão sendo definidas as grandes metas do desenvolvimento regional, a identificação das políticas públicas relacionadas a cada Programa e fontes de financiamento e o alinhamento entre os instrumentos de ação da SUDAM e os Programas do Plano.

No âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, o Governo lançou em 2008 a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, visando ampliar as iniciativas e programas da PITCE, com o estabelecimento de desafios, metas, instrumentos, recursos e regionalização, como um dos destaques estratégicos dessa Política.

Nesse sentido, por meio da Coordenação Geral de Cooperação e Articulações de Políticas, com o propósito de contribuir com ações concretas voltas ao alcance das metas definidas pela PDP, integrou o Comitê de Regionalização da PDP, cuja gestão está sob a responsabilidade da SDR, apresentando propostas efetivas de regionalização de políticas de desenvolvimento produtivo.

As propostas encaminhadas ao Comitê de Regionalização foram aprovadas na reunião ocorrida em 16/12/2009, e visam a adequação dos instrumentos de ação desta Autarquia às diretrizes, desafios e metas da PDP, possibilitando o aumento da taxa de investimento, por meio da ampliação do financiamento público e da desoneração tributária; esperando-se, assim, a elevação dos reflexos na dinamização da infraestrutura e do fluxo de produção da região amazônica, gerando emprego e renda.

No que diz respeito a articular ações dos órgãos públicos e fomentar a cooperação das forças sociais representativas na região, além das medidas já citadas anteriormente, destaca-se ainda a execução de dois (02) projetos de cooperação técnica internacional, a saber, BRA/06/029 – Acordo SUDAM/PNUD e o Programa de Ações Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - PRODESAM, que visam, respectivamente, o fortalecimento da SUDAM, a partir do aprimoramento da capacidade instalada e da constituição de uma massa crítica no corpo funcional para desempenhar as competências que lhe foi atribuída com a sua recriação e o desenvolvimento regional integrado, nas áreas do macro-planejamento e meio ambiente, ciência e tecnologia.

Quanto à promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção

ambiental da Amazônia e, ao apoio a investimentos nas áreas de infra-estrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais e iniciativas de desenvolvimento sub-regional, destacamos a seguir as ações e programas executados no decorrer do exercício de 2009.

No Programa de Gestão da Política de Integração Nacional, além da execução relativa à gestão e administração do programa, realizaram-se, ações que, do ponto de vista do desenvolvimento regional, foram consideradas estratégicas como, Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação e de Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.

No tocante ao programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO, as ações apoiadas são de cunho estruturante, voltadas à redução das desigualdades intra e inter-regionais, com foco na gestão do desenvolvimento amparado no estímulo ao potencial e características econômicas, sociais e culturais próprias de cada região. Assim, as ações executadas foram: Estruturação e Dinamização dos Arranjos Produtivos Locais, Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local, além da gestão e administração do próprio programa PROMESSO.

Quanto ao programa Zoneamento Ecológico-Econômico, o projeto apoiado foi enquadrado na ação correspondente ao Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.

As ações executadas no âmbito do Programa Desenvolvimento Macrorregional Sustentável, foram: Gestão e Administração do Programa; Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação; Fortalecimento das Administrações Locais; Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Potencialidades Regionais e Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica.

Com efeito, no programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnologia e de Comércio Exterior (PITCE), relativamente à ação Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Naturais, não houve execução, pelas razões que serão ao norte justificadas.

A estruturação dos processos produtivos e de sistema de comercialização, bem ainda a

capacitação para a inserção produtiva e competitiva no mercado de trabalho foram apoiadas pela execução das ações de Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais (APL) e de Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos do Programa do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Na linha de atuação da Defesa Civil na Amazônia, programa Prevenção e Preparação para Desastres, apoiou-se projetos nas ações de Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil e de Gerenciamento de Riscos e Desastres na Amazônia Legal que visam o fortalecimento de órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC e a promoção do planejamento preventivo em áreas afetadas por desastres.

O estímulo à produção, à difusão e o acesso da população à cultura foi apoiado mediante realização da ação Instalação de Espaços Culturais do programa Engenho das Artes. A responsabilidade de gestão desse Programa de Governo é do Ministério da Cultura e foi descentralizada à SUDAM a execução dessa Ação para conclusão do projeto de construção de um Teatro no Município de Ariquemes/RO.

As prioridades e os critérios para aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, para o exercício de 2009, foram estabelecidas pela Resolução nº 12/2008 do Conselho Deliberativo - Condel, e observou as orientações estabelecidas pela Política de Desenvolvimento Regional – PNDR, as opções do Plano Amazônia Sustentável – PAS e as proposta do Plano Regional de Desenvolvimento Amazônia – PRDA, que está em fase de elaboração.

Referente à administração de incentivos e benefícios fiscais a previsão de renúncia tributária para 2009 foi estimada em 2,5 bilhões, calculados sobre o lucro da atividade produtiva. São recursos que permanecerão na Amazônia e serão investidos nos setores produtivos da economia regional, seja através da implantação, ampliação, diversificação ou modernização total ou parcial da produção.

O Conselho Deliberativo aprovou as seguintes propostas, que impactam diretamente na execução das políticas públicas sob sua responsabilidade:

- a) Alteração do limite de 20% para 30% dos recursos previstos para aplicação pelo FNO, em empreendimentos comerciais e de serviços;

- b) As prioridades e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, para o exercício de 2010;

2.2 Estratégia de atuação da Unidade na Execução de Políticas Públicas

A estratégia de atuação da Sudam, do ponto de vista orçamentário, está preconizada no Plano de Ação-PA, atuou nos pilares dos programas e ações constantes do PPA 2008-2011 e levou em consideração ainda o grau de desenvolvimento econômico e social dos Estados da Amazônia, assim definidos: Maior dinamismo (Amazonas, Mato Grosso e Pará), Intermediários (Maranhão, Rondônia e Tocantins) e Menor dinamismo (Acre, Amapá e Roraima), priorizando-se, com efeito, investimentos nos estados com menor nível de renda e menor dinamismo econômico.

Diante dessa concepção, as ações finalísticas definidas no PA e apoiadas com recursos orçamentários da SUDAM, foram classificadas em sete (07) áreas temáticas:

1. Zoneamento ecológico-econômico: apoio prioritário aos Estados da Amazônia Legal que ainda não iniciaram ou não concluíram o zoneamento na totalidade de seu território;
2. Arranjos Produtivos Locais: direcionado, prioritariamente, aos estados que apresentam menor dinamismo econômico;
3. Capacitação para o Desenvolvimento Regional Sustentável: capacitação na área de planejamento e gestão do desenvolvimento regional sustentável;
4. Colaboração em eventos de caráter técnico-científicos de abrangência regional e nacional: temática do desenvolvimento regional incluyente e sustentável;
5. Ciência, Tecnologia e Inovação: apoio a projetos destinados ao custeio de Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de interesse do desenvolvimento regional;
6. Defesa Civil na Amazônia: disseminação de conhecimentos técnicos e operacionais para formação e fortalecimento de Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC e de Coordenações Municipais de Defesa Civil – COMDEC, e;
7. Promoção de Investimentos: financiamento e incentivo a projetos de implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia.

As ações de atividade-atividade estão conceituadas no PA como aquelas que dotem a Instituição de uma infra-estrutura física melhorada ou modernizada, bem como, que auxiliem e

possibilitem a execução das ações finalísticas, proporcionando apoio administrativo, acompanhamento, controle e avaliação, contribuindo para o alcance dos objetivos da Autarquia.

Com o propósito de alcançar os objetivos estabelecidos no seu PA, adotou-se estratégias que melhor impulsionaram os resultados de sua atuação positiva no exercício, diante das ameaças reais enfrentadas ao longo do exercício de 2009.

Uma das situações e dificuldades internas que representam riscos e ameaças ao desempenho organizacional e que contribuíram substancialmente não apenas para as decisões adotadas, mas nos seus resultados, diz respeito ao quadro funcional reduzido, que a cada dia torna-se insuficiente frente às demandas e necessidades na execução das políticas públicas.

A insuficiência de recursos humanos provocou atrasos e transtornos às atividades da Instituição no ano de 2009, em especial destacamos a demora nos processos para contratação de bens e serviços. Essa situação já foi objeto de registro no relatório de gestão do exercício anterior, e desde aquela data, nada mudou; ao contrário, essa situação vem se agravando a medida da demora pela aprovação, por parte do MPO, da solicitação de realização de concurso público para provimento de vagas.

A Sudam tem envidado esforços junto ao Ministério do Planejamento para aprovação do seu Plano de Cargos e Salários, cujo processo nº 59000.000365/2008-42, tramita na Coordenação Geral de Carreira e Análise do Perfil da Força de Trabalho daquele Ministério desde 04/08/2008. Além disso, a nova estrutura organizacional, prevista em projeto de lei, encontra-se também paralisada, em que pese às gestões realizadas com a bancada da Amazônia, não se obteve, até o momento, a aprovação desses dois instrumentos que possibilitarão a resolução da deficiência do quadro efetivo de servidores.

A composição dos recursos humanos é reduzida. Atualmente, o quantitativo é de 137 servidores; destes, somente 64 são de nível superior, que constituem a massa crítica responsável pelo planejamento, desenvolvimento e execução das atividades finalísticas.

As alternativas adotadas frente às ameaças na área de recursos humanos apontadas acima, focaram desenvolver qualitativamente a mão-de-obra existente, com a adoção das medidas listadas a seguir:

- a) Valorização do capital humano existente, mediante o incentivo à participação dos servidores em cursos de aperfeiçoamento, de mestrado e eventos na temática do desenvolvimento regional;
- b) Melhoria na remuneração dos postos de assessoramento e de especialistas em gestão, para manutenção de pessoas mais valorizadas e capacitadas, com a distribuição de funções comissionadas e gratificações.

Enquanto se aguarda a aprovação para realização de concurso público para provimento de cargos efetivos, solicitou-se a contratação de 10 (dez) servidores temporários, profissionais de nível superior, por um prazo de quarenta e oito (48) meses e a lotação provisória de oito (08) analistas da carreira de infraestrutura, de nível superior.

Justifica-se essas solicitações face à necessidade de continuidade na implementação de ações de desenvolvimento, sob os novos marcos legal e conceptual, visando o fortalecimento institucional, bem ainda concretizar o papel estratégico na execução de políticas públicas na Amazônia e na prestação de serviços públicos num modelo inovador, ágil e eficiente, com segurança e integridade das informações.

Diante desse cenário e com vistas a minimizar os reflexos negativos da situação retratada, a Sudam vem implementando, paulatinamente, uma administração moderna e eficiente, voltada para resultados, com a adoção de indicadores de desempenho; capacitação dos servidores em gestão por processos; racionalização, padronização, normatização de procedimentos e rotinas; implantação de sistemas.

O estreitamento de parcerias com outros atores que atuam no desenvolvimento regional, como o Banco da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Secretarias Estaduais de Planejamento, além do Ministério da Integração, do Planejamento e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, tem, também, contribuído para reduzir esses impactos. Essas parcerias tem sido importantes para a execução de políticas pública na região, em especial, na construção do PRDA, ao passo que a elaboração de um Plano dessa natureza apresenta múltipla demandas, exigindo um consórcio colaborativo que atenda as especificidades de cada Estado.

Outra questão que essas parcerias vêm tentar equacionar é a ocorrência de ações governamentais desagregadas na região amazônica. Cediço que muitas instituições atuando na Amazônia podem ocasionar conflitos de competência, sobreposição e não convergência de ações.

Nesse sentido, realizaram-se oficinas para o PRDA na Escola Nacional de Administração Pública, que contou com a participação de técnicos da área de planejamento da SUDAM, estando em fase de preparação outra Oficina de Trabalho com parceiros regionais e ministérios para avançar na concretização do Plano, bem ainda encontra-se em tramitação a contratação de uma consultoria, pela Universidade Federal do Pará, para construção de indicadores de desenvolvimento regional para monitoramento do PRDA.

Quanto à execução dos projetos de cooperação técnica internacional, as dificuldades encontradas decorreram da paralisação das atividades dos projetos BRA/06/09-Acordo SUDAM/PNUD e do Prodesam, ocorridas com a publicação do Acórdão TCU nº 1339/2009-Plenário - que ocasionaram impactos significativos no andamento desses projetos, como paralisação de processos licitatórios, de contratos de consultoria.

A Sudam, buscando minimizar e até mesmo eliminar os resultados negativos provocados definiu como estratégia de atuação as revisões substantivas desses acordos visando adequá-los diante das novas orientações, após a manifestação favorável da Agência Brasileira de Cooperação/MRE.

Essas revisões possibilitaram a prorrogação do prazo de execução desses projetos por mais doze (12) meses, adequação da programação, para ajustar o valor inicial àquele necessário à execução, no caso do projeto BRA/06/09 de U\$912,305 para U\$493,500 e do Prodesam, de U\$962,705 para U\$747,924, bem como para alterar a Instituição executora do projeto de ADA para SUDAM. Ressalta-se que esse valor diz respeito a saldo de exercícios anteriores, ou seja, já está devidamente aportado ao PNUD.

Na PDP, a atuação da Sudam consistiu na emissão de uma Nota Técnica com propostas na perspectiva de envolvê-la, efetivamente, no processo de implementação dessa Política, mediante a adequação dos seus instrumentos de ação às diretrizes da PDP; ampliação do financiamento

público e da desoneração tributária com elevados reflexos na dinamização da infraestrutura e do fluxo de produção na região amazônica.

Considerando os resultados dos estudos realizados pela Coordenação de Defesa Civil, as principais decisões tomadas nessa linha de ação, buscaram intensificar a atuação da Autarquia na prevenção e monitoramento de desastres naturais e de calamidade pública.

Nesse sentido priorizou-se apoio a projetos de fortalecimento da capacidade técnica-operacional de COMDEC, como no Município de Santarém/PA - que segundo relatório de defesa civil, foi o município paraense mais atingido pela elevação do Rio Tapajós -, com a aquisição de bens e capacitação e preparação de agentes de defesa civil e oficinas de orientação comunitária, envolvendo aproximadamente 32 mil pessoas, bem ainda a projetos para desenvolvimento de sistemas de monitoramento de desastres naturais.

Outras parcerias exitosas na área de defesa civil tratam da RPCH – Rede Estadual de Previsão Climática e Hidrometeorológica do Pará e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM/Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, que contribuem positivamente na atuação da Sudam nessa linha de atuação.

Por sua vez, na área de tecnologia da informação, a Sudam protagonizou grandes avanços no ano de 2009 para modernização da atividade administrativa e maior transparência da gestão, tendo por objetivos de atuação: a promoção, integração e a permanente atualização dos sistemas de informação.

Na expectativa de alcance desses resultados, foram realizadas aquisições de bens de informática visando a implantações de novos Sistemas de Informação através da Web, que deverão substituir os já existentes que se encontram obsoletos, utilizando-se para isto novas linguagens de programação e de Banco de Dados. Nesta nova abordagem, serão utilizadas também novas tecnologias de virtualização e acesso aos dados, fazendo com que as aplicações sejam mais rápidas e seguras para o público interno e externo.

Algumas diretrizes já estão sendo tomadas para padronização com outras Instituições, como o Ministério da Integração e Sudene, com o compartilhamento de equipamentos, sistemas e

soluções entre essas Instituições. A adoção dessa medida repercutirá na economia de recursos e na troca de conhecimento entre os envolvidos, a exemplo do compartilhamento dos Sistemas de Incentivos Fiscais e Fundos de Desenvolvimento do Norte e Nordeste, que já estão sendo desenvolvidos baseados nessa integração.

A modernização da gestão administrativa teve como pressuposto a necessidade de substituição dos atuais sistemas utilizados, na sua maioria desenvolvidos em ferramentas que utilizam o Software GOL, Sistema Operacional MSDOS -, que por sua característica não possui interfaces gráficas, dificultando qualquer tipo de utilização de recursos com Banco de Dados relacionais -, a consolidação de uma estratégia de ação para o desenvolvimento de um sistema de gestão capaz de fornecer soluções tecnológicas que integre informações de diversos módulos.

Diante dessa necessidade, foi finalizado um Termo de Referência para contratação, via PNUD, de um sistema de Gestão de Projetos e Aplicativos – GPA, com indicadores de desempenho institucional em plataforma web e, iniciado o processo de discussão para implantação de Intranet com vistas a facilitar o fluxo de informações intra-institucional; sua implantação está prevista para 2010.

Seguindo a mesma linha de estudos preliminares, iniciou-se um trabalho voltado para Gerência Eletrônica de Documento – GED, cuja previsão para implantação é para 2010.

A utilização dos recursos de informática, de acordo com a estratégia utilizada pela Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação - CGTI, está descrita nos quadros a seguir.

Tabela 1 - Aquisição de Equipamentos de Informática

Descrição	Qtd.	Total (R\$)
Scanner de Produção Fujitsu	9	30.070,00
Microcomputador HP	160	372.800,00
Impressoras Laser – Samsung	9	21.870,00
Impressora Matricial	15	9.074,85
Notebook - Tipo 1	5	24.950,00
Notebook - Tipo 2	25	82.000,00
Projetores NEC	5	10.500,00
Roteadores Wireless	8	4.959,92
Aparelhos DVD	3	662,67
Total		556.887,44

Fonte: Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação

Tabela 2 - Aquisição de Suprimentos de informática:

Descrição	Qtd.	Total (R\$)
Total		105.930,00

Fonte: Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação

Tabela 3 - Contratação de serviços:

Descrição	Qtd.	Total (R\$)
Manutenção corretiva em equipamentos de informática (Notebooks e Impressoras)		7.349,86
Licenças de uso Software Antivírus – McAfee System	200	15.000,00
Licenças de sistema operacional Red. Hat	5	21.500,00
Cabeamento de pontos de rede lógico e elétrico do 5º Andar (Incêndio)	10	1.077,30
Instalação e treinamento de Lousas Interativas	2	4.000,00
Instalação de uma cópia do Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais da SUDENE, cedido à SUDAM		8.000,00
Total		56.927,16

Fonte: Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação

Tabela 4 - Contratação de Serviços continuados:

Descrição	Qtd.	Total (R\$)
Contratação para serviços de segurança remota (12 meses)		276.000,00
Link de Internet (12 meses)		69.633,08
Total		345.633,08

Fonte: Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação

A atuação no apoio a projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação restou prejudicada fase a não aprovação da suplementação orçamentária do superávit de arrecadação das liberações do FDA relativa ao 1,5%%.

Quanto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, os recursos destinaram-se à Implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal, de acordo com as diretrizes e prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2009 e foram considerados prioritários os setores da Infraestrutura; Setores Tradicionais; Setores com ênfase na Inovação Tecnológica; e, de Serviços, concedendo-se tratamento diferenciado e favorecido aos empreendimentos de infraestrutura e dos demais setores, quando localizados nas mesorregiões prioritárias da PNDR, na faixa de fronteira ou nos municípios caracterizados como: de baixa renda; dinâmicos ou estagnados, de acordo com a tipologia da PNDR.

Os resultados do FDA poderão ser melhor avaliados no item 10 deste Relatório.

Relativamente à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – RIRPJ os projetos apoiados geraram e/ou mantiveram na região, somente no exercício de 2009, 184.416 empregos diretos.

As possibilidades de desenvolvimento regional foram concretizadas a partir da execução de recursos constantes dos programas e ações, na ordem de R\$28 milhões que serão transferidos a estados, municípios e entidades da região através de convênios e outros instrumentos.

Dando continuidade ao processo de modernização da gestão foi concluída a etapa de construção dos indicadores de desempenho institucional, trabalho que foi realizado em parceria com a Controladoria Geral da União/PA, que em muito contribuiu para sua elaboração, e já constam deste Relatório, item 2.4.5, a primeira medição dos produtos relativos à prestação de contas de convênio, além dos demais já implantados (FDA e Renúncia Tributária)

O apoio a eventos de caráter regional e nacional tem trazido resultados positivos do ponto de vista do desenvolvimento regional, além de possibilitar a comercialização dos produtos regionais no mercado internacional, como é o caso da Feira Frutal da Amazônia e Flor Pará, realizada em Belém, e que movimentaram R\$33 milhões em negócios durante os quatro dias do evento e atraíram 36mil visitantes provenientes do Brasil e do exterior, como França, Alemanha, Itália e Holanda, interessados em importar produtos amazônicos.

Na gestão administrativa enfatizamos algumas contratações particularmente importantes, como a terceirização de serviços de apoio administrativo, visando à redução da deficiência de recursos humanos em diferentes frentes de trabalho. Foram contratados diversos postos de trabalho destinados às diversas unidades com maior deficiência de pessoal de apoio, como auxiliar administrativo, copeiro, mensageiro, totalizando vinte e oito (28) prestadores de serviços.

Objetivando economizar recursos nos processos licitatórios, a Sudam aderiu ao Sistema de Registro de Preços de outras instituições para compras e contratações, dentre elas, em especial destacamos a aquisição de móveis, de insumos e equipamentos de informática para modernização da Rede visando à implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI.

Em que pese à coordenação responsável pelas licitações possuir uma estrutura que não

permite uma dedicação integral dos seus colaboradores, foram executados R\$7.445.629,00 em contratações. Desse total R\$5.376.737,00 mediante procedimentos licitatórios nas modalidades Convite e Pregão, R\$2.068.892,00 em processos de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação. Desse total, R\$683.509,64 foram destinados ao atendimento de diversas áreas, conforme planilhas a seguir.

Tabela 5 - Contratos vigentes no exercício de 2009

Objeto e número do contrato	Processo	Empresa	CNPJ	Vigência	V. Mensal	Modalidade
Aquisição combustível exercício 2009 contrato nº021 / 2009	0017/2009-16	Pit Stop	07.864.785/0001-90	05-05-09 a 31-12-2009	R\$ 2.460,83	convite
empresa prestadora de serviço de manutenção do elevador – contrato Nº 02 /2006	0027/2006-79	Elevax com serv ltda	04.834.760/0001-55	02-12-08 À 02-12-2009	R\$ 652,60	convite
renovação de contrato - seguro de vida para estagiários	0339/2007-63	Unibanco aig	33.166.158/0001-95	12-09-08 À 12-09-2009	R\$ 561,60	dispensa
energia elétrica – contrato nº 80010/2007 (SUDAM)	0002/2007-96	Celpa	04.895.728/0001-80	01-01-08 A 31-12-2010	R\$ 39.700,05	inexigibilidade
água e esgoto – contrato nº 005/2007 (SUDAM)	0017/2007-54	Cosanpa	04.945.341/0001-90	12-12-08 A 12-12-2009	R\$ 10.000,00	inexigibilidade
publicação – contrato Nº 04/2007 termo aditivo Nº 01	00567/2008-54	Imprensa nacional	04.196.645/0001-00	13-12-08 A 13-12-2009	R\$ 4.000,00	inexigibilidade
confeção de chaves e carimbos	00199/2009-25	Regina CN Souza	02055122/0001-00	31.12.2009	4425	dispensa
avisos / editais – contrato Nº 06/2008	0166/2008-02	Radiobrás	00.464.073/0001-34	20-05-09 À 20-05-2010	R\$ 5.000,00	inexigibilidade
postagens e telemáticos – contrato Nº.038/2009	00330/2009-54	ECT	34.028.316/0018-51	02-07-09 A 02-07-2010	R\$ 4.000,00	dispensa – no inciso - VIII
renovação de assinatura – I.O.B	0332/2008-62	IOB	43.217.850/0001-59	30-10-08 A 30-10-2009	R\$ 3.272,00	inexigibilidade
aquisição de assinaturas e periódicos jurídicos contrato Nº = 085/2008	00416/2008-04	Editora NDJ LTDA	54.102.785/0001-32	02-01-09 A 02-01-2010	R\$ 11.860,00	inexigibilidade
renovação de assinatura de periódicos da revista zênite contrato Nº = 027/2009	00217/2009-79	Zenite informação e consultoria s/a	86.781.069/0001-15	25-06-09 À 25-06-2010	R\$ 17.700,00	inexigibilidade
asseio conservação – contrato Nº 001/2007- 37	0220/2007-91	Segnorte - belém serviços gerais Ltda.	05.876.410/0001-14	05-12-08 A 05-12-2009	R\$ 41.776,67	pregão
vigilância armada – contrato nº 057/2008	0064/2008-89	Sena – segurança inteligente	00.621.158 / 0012-31	08-10-08 A 08-10-2009	R\$ 32.486,67	pregão
prestação de serviço de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	00415/2008-51	Ponte aérea viagens e turismo ltda – me.	00.729.367/0001-40	26-01-09 A 26-01-2010	R\$ 21.563,59	pregão
prestação de serviço de conexão - contrato nº 093/2008	0472/2008-31	Embratel	33.530.486/0001-29	29-12-08 A 29-06-2011	R\$ 7.687,00	pregão por adesão

telefonia fixa – contrato N°0143/2003- termo aditivo-N° 04/2007.	0395/2003-74	Embratel	33.530.486/0001-29	ATÉ 17.12.2009	R\$ 40.000,00	pregão
apoio admin. – contrato n° 034/2009: recepcionista – copeiro - mensageiro - Aux. Admin. II e III	/0068/2009-48	DCN– distribuidora e conservadora nacional Ltda.	07.270.170/0001-35	24-07-09 A 24-07-2010	R\$ 44.844,00	pregão presencial
apoio admin. - suporte operacional – contrato n° 020/2009 – artes gráficas	0066/2007-97	DCN– distribuidora e conservadora nacional Ltda.	07.270.170/0001-35	27-04-09 À 27-04-2009	R\$ 8.126,00	pregão
apoio adm. acess/sup oper – 1° aditivo / contrato n° 51/2006 - motoristas	0368/2006-44	Paraíso com. Rep. Ltda.	02.589.131/0001-81	Até 15-11-2010	R\$ 4.421,88	pregão
manuten. prev. predial – contrato n° 065/2004	0546/2005-56	Catavento refrigeração e serviços gerais Ltda.	03.534.028/0001-05	Até 04.04.2010	R\$ 5.561,67	pregão
serviços de segurança remota anti-spam e detecção/prevenção de intrusos.	0670/2006-01	Disec-serv. Seg. Informática	05.622.791/0001-05	10-06-09 À 10-06-2010	R\$ 23.000,00	pregão
locação de copiadora – setor reprografia contrato N° 04/2008	0069/2007-91	Computer store	08.672.139/0001-93	16-06-08 À 16-06-2010	R\$ 2.630,00	pregão
locação de copiadoras – setor reprografia contrato N° = 01/2008.	0069/2007-91	Mdat – serviços e representações Ltda.	05.391.161/0002-58	14-04-08 Á 14-04-2010	R\$ 3.040,00	pregão
prestação de serviço móvel pessoal-contrato N° = 037/2007	0173/2006-02	Vivo S/A	02.449.992/0111-07	Até 03.02.2010	R\$ 5.000,00	pregão
prestação de serviços móvel pessoal contrato 41/2007 – longa distância	0255/2007-20	Embratel	33.530.486/0001-29	26-12-08 A 1712 2009	R\$ 9.000,00	pregão
prestação de serviços de revitalização e reforma geral do auditório central e secretaria do Condel desta sudam	0403/2008-27.	Senenge engenharia Ltda.	09.203.665/0001-77	Até 06.02.2010	R\$744.678,16 (Contrato Original)	tomada de preço
					1° aditivo de valor R\$ 167.994,25	aditivo da tomada de preço
					2° aditivo de valor R\$ 156.833,44	
contratação de empresa especializada na elaboração de projetos executivos de arquitetura, urbanismo e engenharia	333/2008-15	M2p serviços de arquitetura e engenharia Ltda.	07.883.323/0001-10	360 dias	R\$432.871,68	pregão adesão
prestação de serviços de manutenção de natureza frequente	333/2008-15	Sinotel Engenharia e Comércio Ltda.	04883542/0001-00	13/10/2009	R\$224.378,67	Concorrência adesão
					1° aditivo de valor R\$ 41.653,27	
prestação de serviços de capacitação em gestão de processos	00585/2008-36	Fundação Getúlio Vargas	33.641.663/0001-44	Agosto/2010	R\$238.800,00	inexigibilidade

contratação de instituições financeiras federais e oficiais para avaliação dos projetos do FDA	0270/2009	Banco da Amazônia SA	04.902.979/0001-44	Até 18/11/2010	R\$ 5.100.000,00	inexigibilidade
--	-----------	----------------------	--------------------	----------------	------------------	-----------------

Fontes: Coordenação de Gestão Administrativa e Coordenação de Licitações

Em 2009 o orçamento da Sudam foi da ordem de R\$31.311.249,00, composto da seguinte forma: Dotação Inicial de R\$24.979.098,00, Crédito Adicional de R\$5.132.151,00, Destaques no total de R\$1.200.000,00.

Os recursos na rubrica Destaques estão distribuídos entre os Programas 1142 - Engenharia das Artes do Ministério da Cultura, no valor de R\$1.000.000,00 e 0120 - Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração, no valor R\$200.000,00.

Com a edição do Decreto 6.608 de 27 de março de 2009, o contingenciamento orçamentário correspondeu a R\$5.556.772,84, sendo R\$1.267.494,14 em despesas em Custeio e R\$4.289.278,00 em Investimento, representando um corte de 22% do total previsto, 14,38% das despesas de custeio e 70% das despesas de capital, conforme abaixo.

Tabela 6 - Previsão Orçamentária - Limites Autorizados

Parâmetros utilizados	Dotação LOA	Corte Decreto	Limite
•PAC/PPI – 100% da dotação			
•Custeio – 12/14 do PL (=8.872.459/14 x 12 = 7.604.964)	8.872.459,00	1.267.494,14	7.604.964,86
•Despesas Obrigatórias – 100% da dotação (Pessoal e benefícios)	8.779.098,00		8.779.098,00
•Investimentos – 30% do PL (corte de 70%)	6.127.541,00	4.289.278,70	1.838.262,30
•Emendas 100%	1.200.000,00		1.200.000,00
T o t a l	24.979.098,00	5.556.772,84	19.422.325,16

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Como estratégia de atuação, adequou-se a programação orçamentária aos novos parâmetros estabelecidos pelo Decreto, ficando a nova programação assim distribuída: R\$9.443.227,00 para ações administrativas e finalísticas. Desse total, R\$3.797.013,00 foram destinados ao apoio de ações finalísticas, sendo R\$2.719.251,00 em Custeio e R\$1.077.762,00 para Investimentos.

Esses recursos restaram ser insuficientes para atender as perspectivas do Plano de Ação/2009 da SUDAM (levando à inexecução de algumas ações) e as necessidades dos nove (09) Estados da Amazônia Legal, além dos municípios - que só no estado do Pará são 143 -, entidades públicas e privadas que almejam receber recursos para apoio de seus projetos.

Os reflexos dessa medida poderão ser observados na inexecução de algumas ações, conforme item 2.3 deste Relatório, mesmo com a ampliação desses limites, que só correu no mês de dezembro - quando há a dificuldade temporal de apresentação e análise de projetos - depois de várias negociações com o MI.

É importante ressaltar que mesmo os recursos previstos na LOA já se configuram insuficientes à execução de políticas públicas eficientes em toda a Amazônia Legal, área de atuação desta Autarquia; ademais, com um corte significativo no orçamento, como o que ocorreu, em especial nas despesas com Investimentos - maior carência da nossa região - pouco se pode fazer para a concretização do desenvolvimento regional.

Em que pese todas as limitações internas, estrutura inapropriada de trabalho, deficiência de recursos humanos, limitações orçamentárias e financeiras, a Sudam teve uma execução exitosa do ponto vista da execução orçamentária, posto que foi possível executar 89% do seu orçamento liberado, empenhando recursos na ordem de R\$27.008.164,00.

2.3 Programas e Ações

Programa 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Não Definido
Objetivos Específicos	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente de Programa	
Gerente Executivo	
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui indicadores
Público - Alvo	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

Fonte: SIGPLAN

Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Tipo	OPERAÇÕES ESPECIAIS
Finalidade	
Descrição	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

FUNCAO	SUBFUN-CAO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZA DO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
09	272	0089	0181	OE		Pessoa Beneficiada	2	2	0	18.143	18.143	17.687	-

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

Esta ação atingiu 100% da meta física prevista, atendendo 2 pensionistas de servidores inativos desta Instituição, assegurando previdência aos pensionistas.

Quanto sua execução financeira, a Ação teve como dotação autorizada (LOA 2009) o valor previsto de R\$18.143,00. Entretanto, realizou-se uma meta financeira de R\$17.687,00 correspondendo a 97,0% do limite autorizado pelo Dec. 6.808/09 e Port. 64/09.

Programa 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Não Definido
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente de Programa	
Gerente Executivo	
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui indicadores
Público - Alvo	Governo

Fonte: SIGPLAN

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	OPERAÇÕES ESPECIAIS
Finalidade	
Descrição	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE A CAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZAD O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	121	0750	09HB							1.378.823	1.378.823	1.337.598	1.378.823

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

Esta ação teve como dotação autorizada pela LOA/2009, o valor de R\$1.128.823,00 e mais a suplementação de R\$250.000,00, perfazendo um total de R\$1.378.823,00. Entretanto, realizou uma meta financeira no valor de R\$1.337.598,00 correspondendo a 97% do limite autorizado pelo Dec. 6.808/09 e Port. 64/09.

Ação 2000 – Administração da Unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Áreas dentro da UJ responsáveis por gerenciamento ou execução da Ação	Coordenação Geral de Administração e Finanças
Competências institucionais requeridas para executar ação	Regimento Interno da SUDAM

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

FUNCAO	SUBFUN-CAO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	121	0750	2000	A					18.771.240	16.473.801	18.141.590	2.469.792	

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

O valor inicialmente previsto de R\$13.921.240,00 foi suplementado em R\$4.850.000,00, perfazendo um total de R\$18.771.240,00, destinados à manutenção das atividades administrativas. Desse montante foi R\$18.141.590,00, equivalendo a 97% do total solicitado.

Os investimentos foram direcionados para assegurar as condições necessárias de manutenção e funcionamento da Instituição, bem ainda aplicados na melhoria da infraestrutura predial e do ambiente de trabalho, a exemplo, citamos a revitalização do auditório para instalação do CONDEL; a revitalização e readequação do espaço físico; aquisição de mobiliário para estruturação do Centro de Treinamento e modernização do parque de informática, beneficiando os servidores, prestadoras de serviços e fornecedores de materiais e equipamentos, além das despesas voltadas para pagamento de pessoal.

Ação 2003 - Ações de Informática Nacional

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000 - Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

FUNCAO	SUBFUN-CAO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	126	0750	2003	A						1.210.870	919.524	635.437	258.775

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

Os recursos destinados a despesas de capital totalizaram R\$60.000,00 e foram insuficientes para atender as demandas da área de informática, que planejou para 2009 a aquisição de equipamentos para modernização de seu parque tecnológico com vistas à implantação de novos sistemas de informação.

Diante disso, os recursos necessários foram complementados pela Ação 2000 – Administração da Unidade.

Quanto aos recursos de custeio, o valor dotado foi superior as necessidades da Sudam para o exercício de 2009, pois de acordo com o Plano de Ação, algumas atividades planejadas ficaram primeiramente em estudos e viabilidades, devendo sua execução ser efetiva em 2010.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

FUNCAO	SUBFUN-CAO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZAD O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	301	0750	2004	A		Pessoa Beneficiada	770	770		412.530	388.080	352.855	29.738

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

Esta ação atingiu 100% da meta física prevista de 770 pessoas a serem beneficiados. O número de atendimentos médicos foi de 1.740, sendo 830 de servidores e 910 de dependentes em várias especialidades médica e odontológica.

Nestes atendimentos, incluem-se os atendimentos internos no Serviço de Atendimento Médico e Social - SAMS e externos (hospitalares, consultas especializadas, exames laboratoriais, complementares de diagnóstico).

Quanto à Assistência Odontológica foram beneficiadas 585 pessoas, entre servidores e seus dependentes. Garantindo com isso assistência à saúde dos servidores e seus dependentes, proporcionando um atendimento de qualidade e sem interrupção.

A execução financeira desta Ação teve como dotação autorizada (LOA 2009) o valor de R\$388.080,00 e mais suplementação de R\$24.450,00, totalizando R\$412.530,00. Contudo, Entretanto, a realização financeira foi de R\$352.855,00, correspondendo a 86,0% do orçamento/2009.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar (art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93).
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

FUNCAO	SUBFUN-CAO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	365	0750	2010	A		Criança Atendida	24	14		19.200	19.200	10.233	-

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

Esta ação atingiu 58% da meta física prevista, atendendo uma média de 14 dependentes garantindo com isso condições de atendimento pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária de 0 a 6 anos e aos excepcionais.

Quanto sua execução financeira, a ação obteve como dotação autorizada (LOA 2009) de R\$19.200,00, com realização de R\$10.233,00, correspondendo a 53,0% do limite autorizado pelo Dec. 6.808/09 e Port. 64/09.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

FUNCAO	SUBFUN-CAO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE A CAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	331	0750	2011	A		Servidor Beneficiado	80	100		88.000	88.000	20.017	-

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

Esta ação atingiu 125% da meta física prevista, atendendo uma média de 100 servidores, assegurando aos servidores ativos o deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa.

Quanto sua execução financeira, a ação teve como dotação autorizada (LOA 2009) o valor de R\$88.000,00. Entretanto, realizou-se uma meta financeira de R\$20.017,00, que alcançou um percentual de 23,0% do limite autorizado pelo Dec. 6.808/09 e Port. 64/09.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

FUNCAO	SUBFUN-CAO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE A CAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	306	0750	2012	A		Servidor Beneficiado	150	151		242.842	239.742	241.996	-

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

Esta ação atingiu 101% da meta física prevista, atendendo uma média de 151 servidores desta Instituição, subsidiando as despesas com refeição aos servidores ativos.

Quanto sua execução financeira, a ação teve como dotação autorizada (LOA 2009), o valor de R\$239.742,00 e mais R\$3.100,00 de suplementação, perfazendo o montante de 242.842,00, ficando o percentual financeiro em quase 100%.

Programa 0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais endógenos.
Objetivo específico	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial
Gerente do Programa	Henrique Villa da Costa Ferreira
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do Programa	Porcentagem
Publico Alvo	Governo

Fonte: SIGPLAN

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Ação interna visando constituir um centro de custos administrativos dos programas.
Descrição	Inclui sistemas de informações gerenciais internos, estudos e cursos que tem como objetivo elaborar, aprimorar e dar subsídios à formulação de políticas públicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	121	0757	2272	A	1					100.000	128.571	8.740	8.740

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Nesta ação houve a realização do I Seminário de Desenvolvimento Local dos Municípios Paraenses, cujo objetivo foi discutir com órgãos federais e lideranças locais ações para elaboração de um Plano de Desenvolvimento dos municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá, Marapanim e Castanhal, ambos no estado do Pará.

A sua execução financeira foi de R\$8.740,00, correspondendo a 12,2% do limite autorizado de R\$71.876,00, após o corte orçamentário.

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Ação interna visando promover a qualificação e a requalificação de pessoal.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador nacional da ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZAD O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	128	0757	4572	A	1	Servidor Capacitado	158	133	0	200.000	171.429	166.146	6.066

Fonte: Coordenação-Geral de Administração e Finanças

Avaliação dos Resultados:

Esta ação atingiu 84,2% da meta física prevista, capacitando 133 servidores em vários cursos de capacitação, treinamento e atualizações, objetivando seu desenvolvimento, a elevação de seus conhecimentos e aprimorando de suas técnicas intelectuais.

Quanto sua execução financeira, a ação teve como dotação autorizada (LOA 2009) o valor de R\$200.000,00, entretanto, realizou-se uma meta financeira de R\$166.146,00, correspondendo a 97,0% do limite autorizado (R\$171.429,00) pelo Dec. 6.808/09 e Port. 64/09.

Ação 8892 - Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Tipo	Atividade
Finalidade	Destinada a tornar operacional o tratamento e análise de informações e indicadores a espacialização de suas ações nas diversas escalas e a sua contribuição para o estabelecimento de diagnósticos compartilhados de regiões prioritárias, com foco nas desigualdades regionais e na interação com a PNDR.
Descrição	Aquisição de equipamentos de informática, de base de dados, de softwares, qualificação de pessoal técnico, contratação de serviços de consultoria, realização de convênios e acordos de cooperação técnica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCAIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	121	0757	8892	A	1	Sistema Mantido	1	1	1	250.000	130.714	136.227	136.227

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Esta ação atingiu 100% da meta física e 104% da programação financeira, mediante a celebração de um termo de cooperação com a Universidade Federal do Pará.

O projeto apoiado visa o monitoramento das ações de desenvolvimento regional, mediante a definição, sistematização e implementação de um conjunto de indicadores que validem as ações implementadas pelo Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, cujo valor total é R\$162.837,00, sendo que o restante dos recursos foi complementado na Ação 2272 do Programa 1430.

Programa 1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais endógenos.
Objetivos Específicos	Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais.
Gerente de Programa	Márcia Regina Sartori Damo
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade
Público - Alvo	Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.

Fonte: SIGPLAN

Ação 6424 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.
Descrição	Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
22	333	1025	6424	A	1	APL Viabilizado	5	5	5	2.515.000	713.786	2.226.062	2.226.062

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Nesta ação apoiaram-se cinco (05) projetos, na área de aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização com a implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, visando o acesso às oportunidades de mercado.

No que tange a execução física esta ação atingiu 100% da meta prevista, apoiando cinco (05) projetos, sendo dois (02) com o Governo do estado do Amapá e três (03) com os seguintes Municípios: Conceição do Araguaia, Marabá e Dom Eliseu, todas localizadas no estado do Pará.

Quanto a sua execução financeira, a ação teve como dotação limite a importância de R\$713.786,00 do valor previsto de R\$2.515.000,00. Do total autorizado foram aplicados R\$2.226.062,00, ultrapassando em 211,87% o limite autorizado pelo Dec. 6.808/09.

Ressalte-se que esta ação foi a que obteve o melhor desempenho dentre as ações de caráter finalístico.

Ação 6424 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais - No Estado do Amapá (Emenda Parlamentar)

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.
Descrição	Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS												
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA		
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
22	333	1025	6424	A	1	APL Viabilizado	5	5	5	600.000,00	600.000	600.000

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Esta ação corresponde a Emenda Parlamentar a qual beneficiou o estado do Amapá, apoiando 05 (cinco) projetos, no montante de R\$600.000,00, sendo, portanto, atingido 100% da meta física.

Os projetos apoiados destinam-se ao fortalecimento de arranjos produtivos mediante a estruturação de Instituições, como, a Escola Profissional Padre João Piamarta, da Associação dos Produtores Rurais de Leite e Derivados, da Associação dos agricultores de Santa Luzia do Pacuí, bem ainda investimentos em capacitação.

Ação 7K66 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Soure – PA (Emenda Parlamentar)

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Ação - 7K66 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Vila Vitória - Oiapoque – AP (Emenda Parlamentar)

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE A CAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZAD O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
15	244	1025	7K66	P	1	Projeto Apoiado	5	1	1	600.000	600.000	400.000	400.000

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Esta ação refere-se a duas (02) Emendas Parlamentares, sendo os beneficiários os Municípios de Soure/PA e Oiapoque/AP.

O projeto relativo ao Município de Soure/PA destina-se à construção de uma Olaria. Notadamente, o projeto do Município de Oiapoque/AP não chegou a ser apresentado até o encerramento do exercício.

No que diz respeito à execução física, a meta prevista era apoiar cinco (05) projetos, entretanto, somente a 20% da meta prevista. Foi executada, correspondente a um (01) projeto apoiado.

Quanto à execução financeira, a ação teve como dotação autorizada R\$600.000,00, entretanto, foram aplicados recursos no valor de R\$400.000,00 que corresponde a 67% do total. Ressalte-se que nesta ação não houve corte orçamentário.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo de programa	Atividade
Finalidade	Ação interna visando constituir um centro de custos administrativos dos programas.
Descrição	Inclui sistemas de informações gerenciais internos, estudos e cursos que tem como objetivo elaborar, aprimorar e dar subsídios à formulação de políticas públicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCAIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE Acao	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
23	122	1025	2272	A	1					150.000	128.571	100.000	40.000

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

A Sudam apoiou, por meio de patrocínio, eventos de caráter regional voltados à discussão técnico, científico e sócio-político, em torno da promoção da capacidade produtiva da Amazônia, como as Feiras “Frutal Amazônia” e “Amazonpec”.

No que tange a sua execução financeira foi aplicado o valor de R\$100.000,00 correspondendo a aproximadamente 78% do limite autorizado.

Programa 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Objetivos Específicos	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do país.
Gerente de Programa	Egon Krakhecke
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	44000-Ministério do Meio Ambiente
Indicadores ou parâmetros utilizados	Percentual
Público - Alvo	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores).

Fonte: SIGPLAN

Ação 8689 - Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000

Tipo	Atividade
Finalidade	Fornecer instrumentos relevantes para o planejamento e o desenvolvimento sustentável de áreas selecionadas, visando conhecer as potencialidades e as limitações econômicas e ambientais a fim de definir atividades adequadas ao mercado e à capacidade de suporte ambiental.
Descrição	Realização de estudos que permitam delimitação e a caracterização física, socioeconômica e ambiental das áreas selecionadas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Márcia Regina Sartori Damo
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	127	0512	8689	A	1	Zoneamento Realizado	15.000	10.000	10.000	500.000	317.143	319.414	319.414

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Através desta ação a SUDAM apoiou um (01) projeto, cujo objeto é executar o zoneamento dos recursos existentes e dos indicadores de desenvolvimento, através do levantamento georreferenciado para subsidiar a elaboração de plano de manejo e o ordenamento da exploração sustentável, com vistas ao uso permanente desse ecossistema, em nove (09) municípios selecionados no estado do Pará.

Da execução física prevista de 15.000km², será realizado com o apoio do projeto, uma área de 10.000km², beneficiando nove (09) municípios no estado do Pará, atingindo quase 70% do indicador previsto.

Quanto a sua execução financeira correspondeu a R\$319.414,00, superior em 0,7% o limite autorizado de R\$317.143,00.

Programa 1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional
Objetivos Específicos	Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público para o desenvolvimento regional
Gerente de Programa	Henrique Villa da Costa Ferreira
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Percentual
Público - Alvo	População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos.

Fonte: SIGPLAN

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Ação interna visando constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Inclui sistemas de informações gerenciais internos, estudos e cursos, objetivando elaborar, aprimorar e dar subsídios à formulação de políticas públicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	121	1430	2272	A	1					90.000	54.857	48.920	49.920

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Nesta Ação foi utilizado R\$26.000,00 para complementar os recursos necessários para execução do projeto (apoiado na Ação 8892 do Programa 0757) de monitoramento das ações de desenvolvimento regional, mediante a implementação de sistemas de informações gerenciais, celebrado com a Universidade Federal.

O restante dos recursos, R\$22.310,00, foi destinado à aquisição de equipamentos de informática para as Unidades finalísticas da Diretoria de Planejamento.

A execução financeira alcançou o montante de R\$48.920,00, o que equivale a 89% do limite autorizado de R\$54.857,00.

Ação 8340 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação

Tipo	Atividade
Finalidade	Articular empreendedores e agentes do sistema de apoio à inovação de forma a propiciar condições para que se possa implantar na macrorregião uma estrutura produtiva baseada na inovação, informação e conhecimento.
Descrição	Viabilização da difusão da inovação, que propicie a inserção no mercado, por meio da incorporação de novos usos e produtos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: Coordenador Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCAIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
19	573	1430	8340	A	1	Rede Implantada	1	0	0	110.000	46.929	-	-

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Não foram apresentados projetos para esta ação.

Ação 8917 – Fortalecimento das Administrações Locais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assistência técnica para o aperfeiçoamento dos recursos humanos, financeiros e organizacionais das prefeituras, em municípios selecionados.
Descrição	Formação de parcerias para capacitar recursos humanos, nos aspectos técnicos e gerenciais, administrativo-organizacionais e financeiro-fiscais
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCAIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	128	1430	8917	A	1	Pessoa Capacitada	6	6	6	1.050.000	900.000	963.411	963.411

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Nesta Ação foram apoiados oito (08) projetos, beneficiando seis (06) Municípios no estado do Pará, o Governo do estado do Acre, além do Sebrae, no estado de Roraima, com o objetivo de capacitar agentes da Administração Pública Local nas áreas de Capacitação para conselheiros populares e funcionários municipais das áreas de arrecadação e prestação de contas, bem como de programação orçamentária municipal (LDO); Estruturação e implantação de sistemas de arrecadação e controle financeiro municipal; Estruturação e implantação da gestão ambiental nos municípios (Organização de Unidades Administrativas e de marcos regulatórios).

A execução física desta Ação foi de 133% da meta prevista, e a financeira ultrapassou em 7% da dotação autorizada de R\$900.000,00.

Ação 8898 - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Potencialidades Regionais

Tipo	Atividade
Finalidade	Implementar ações e projetos voltados à atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais, consolidação da fronteira aberta e inserção de áreas de várzeas e áreas alteradas/degradadas ao processo de desenvolvimento econômico regional.
Descrição	Promoção de estudos aplicados visando a elaboração de diagnósticos sócio-econômicos, infra-estruturais e ambientais de áreas de várzeas e alteradas da Amazônia Legal; implantação de projetos de manejo e recuperação de áreas alteradas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
04	121	1430	8898	A	1	Diagnóstico Realizado	7	1	1	722.269	312.795	300.827	300.827

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Nesta ação apoiou-se um (01) projeto, cujo objeto é a operacionalização de um laboratório para procriação de formas jovens de tambaqui (peixe regional), no município de Portel no estado do Pará.

Quanto à meta física a previsão inicial era apoiar sete (07) projetos, entretanto, face às limitações orçamentárias, somente um (01) projeto foi apoiado.

No que tange a execução financeira, a Ação teve como dotação autorizada R\$312.795,00, sendo aplicado R\$300.827,00, correspondendo a 96,2% do limite autorizado.

Ação 8902 - Promoção de Investimentos em Infra-estrutura Econômica

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações que contribuam para a superação dos limites da infra-estrutura à expansão dos investimentos regionais.
Descrição	Promover ações que contribuam para a superação dos limites da infra-estrutura à expansão dos investimentos regionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Henrique Villa da Costa Ferreira

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINCAIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZAD O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
19	691	1430	8902	A	1	Iniciativa Apoiada	9	2	2	927.631	361.886	756.673	756.673

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Nesta Ação a SUDAM apoiou dois (02) projetos que beneficiam dois (02) Municípios no estado do Pará, através de convênios com a Prefeitura de São João da Ponta, cujo objetivo é a

construção de muro de arrimo e com a Prefeitura de Moju, para construção de um centro de formação para agricultores.

A meta prevista era apoiar nove (09) projetos, entretanto, face às limitações de recursos orçamentários, somente dois (02) projetos foram apoiados, correspondendo a 22,2% da meta prevista.

A execução financeira, entretanto, ultrapassou o percentual de 109% da meta autorizada, alcançando um investimento de R\$756.673,00.

Programa 1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover a inovação tecnológica nas empresas
Objetivos Específicos	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Gerente de Programa	Luiz Antônio Rodrigues Elias
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	44000-Ministério do Meio Ambiente
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade
Público - Alvo	Empresas em geral.

Fonte: SIGPLAN

Ação 4544 - Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos.

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar o conhecimento científico tecnológico sobre o uso sustentável dos recursos genéticos amazônicos.
Descrição	Fomento a centros de ensino e pesquisa na região amazônica, na área de recursos genéticos e biotecnologia, envolvendo apoio a infra-estrutura de laboratórios, instalações, máquinas e equipamentos; apoio a projetos de pesquisa básica e aplicada e a eventos técnico-científicos a área de, além de formação de recursos humanos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Luiz Antônio Rodrigues Elias
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
19	571	1388	4544	A	1	Centro Apoiado	2	0	0	200.000	143.571	-	-

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Não houve execução desta Ação em razão dos recursos previstos não serem suficientes para atender os critérios estabelecidos pela Resolução Condell nº 08/2008, onde 80% dos recursos dessa Ação devem ser divididos entre os nove (09) estados Amazônia Legal, que, em sendo feito esse rateio, os recursos que caberia a cada estado seriam insignificantes.

Apesar dos esforços da Sudam, através da solicitação de suplementação orçamentária no valor do superávit de 2008 referentes à arrecadação dos recursos equivalentes a 1,5% das liberações do FDA para apoio às ações de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia, os recursos não foram liberados.

Programa 1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

Dados Gerais do Programa

Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.
Objetivos Específicos	Implantar projetos para previsão e minimização de desastres.
Gerente do Programa	Roberto Costa Guimarães
Responsável pelo programa âmbito da UJ	Roberto Costa Guimarães
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Entidade Apoiada
Público-alvo	Instituições de Defesa Civil, Estados, Municípios, Organizações da Sociedade Civil.

Fonte: SIGPLAN

Ação 8172 - Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil

Tipo	Finalístico
Finalidade	Fortalecer os órgãos Estaduais e Municipais de Defesa Civil, promovendo uma melhor articulação e preparo entre os integrantes do SINDEC, planejando e organizando recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito do SINDEC.
Descrição	Realização de reuniões de coordenação, fóruns técnicos, treinamento e apoio para a elaboração e o aperfeiçoamento do planejamento estadual e municipal de Defesa Civil.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Roberto Costa Guimarães
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
06	182	1027	8172	A	1	Entidade Apoiada	5	3	1	250.000	186.429	200.000	200.000

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

A previsão da meta física era apoiar cinco (05) entidades, no entanto foram apoiadas três (03) unidades, correspondendo a 60% do indicador previsto. Já a execução financeira, desta Ação teve como dotação autorizada de R\$186.429,00, com execução de R\$200.000,00, superando em 7,2% o limite autorizado.

Foi apoiado um (01) projeto objetivando o fortalecimento da capacidade técnica-operacional da Coordenação Municipal de Defesa Civil – COMDEC, do Município de Santarém/PA, em áreas consideradas de risco, além de incentivar a criação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC, com vistas à preparação da comunidade em ações preventivas e de preparação a desastres.

Houve ainda o aporte de recursos para realização do I Fórum Amazônico de Defesa Civil, evento integrante da programação do I Congresso das Cidades, acontecido em Belém e

promovido pela Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará, no montante de R\$40.000,00 a cota patrocínio.

Ação 8363 - Gerenciamento de Riscos e Desastres na Amazônia Legal

Dados Gerais da Ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Promover o planejamento preventivo, e de contingência e, o atendimento da população afetada por desastres.
Descrição	Gerenciamento de informações de riscos e desastres na área de atuação da SUDAM.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53000-Ministério da Integração Nacional
Coordenador Nacional da Ação	Roberto Costa Guimarães
Unidade Executora	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
06	182	1027	8363	A	1	Estudo Realizado	3	1	1	300.000	257.143	224.332	224.332

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Face às limitações orçamentárias apoiou-se apenas um (01) projeto, correspondendo a 33% do indicador físico, através de Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Pará, cujo objeto é o monitoramento de previsão de alertas e desastres na Amazônia, no valor de R\$224.332,00, equivalendo a 87% do limite aprovado.

O projeto envolve o desenvolvimento de modelos estatísticos calibrados e validados para as Bacias Hidrográficas da Amazônia (Tocantins, Tapajós e Médio Amazonas em Óbidos e Xingu).

Programa 0120 - Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Dados do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais endógenos
Objetivos Específicos	Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira
Gerente de Programa	Márcia Regina Sartori Damo
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade
Público - Alvo	Gestores públicos, lideranças sociais, investidores potenciais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores situados na Faixa de Fronteira.

Fonte: SIGPLAN

Ação 6551 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, a cargo de pequenos e médios produtores, empresas, associações produtivas ou instituições correlatas, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.
Descrição	Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Ministério da Integração Nacional
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Fábio Eduardo de Mello Cunha

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE Acao	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZAD O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
22	662	0120	6551	A	1					100.000		100.000	-

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Ação 6565 - Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos na Faixa de Fronteira

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar comunidades visando sua inserção produtiva e competitiva no mercado
Descrição	Aplicação de metodologia de geração de emprego com base na realização de Eventos de Organização Produtiva - EOP locais, para a capacitação e organização produtiva de comunidades em empreendimentos produtivos coletivos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	53202-Ministério da Integração Nacional
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Fábio Eduardo de Mello Cunha

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
11	334	0120	6565	A	1					100.000		100.000	-

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados das Ações 6551 e 6565 do Programa 0120:

Destaque realizado pelo Ministério da Integração através do Programa Faixa de Fronteira visando o patrocínio da “46ª Expofeira do Amapá,” promovida pelo Estado do Amapá, cujo objetivo da Feira destina-se a fortalecer as atividades produtivas do agronegócio, turismo e serviços, através da exposição e comercialização concentrada em um mesmo local de produtos e serviços de vários segmentos da economia do Estado do Amapá.

Programa 1142 - Engenho das Artes

Dados do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Estimular a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços de natureza cultural
Objetivos Específicos	Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais
Gerente de Programa	Sérgio Duarte Mamberti
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	53000-Ministério da Integração Nacional
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade/ Porcentagem
Público - Alvo	Sociedade.

Fonte: SIGPLAN

Ação 1611 - Instalação de Espaços Culturais

Tipo	Atividade
Finalidade	Implantar e modernizar espaços culturais, permanentes ou provisórios (itinerantes), por meio da disponibilização de infra-estruturas física, técnica e operacional necessárias à realização de suas atividades, culturais ou de formação, no intuito de proporcionar ao público e aos artistas ambientes adequados, ampliando a oferta desses espaços, o barateamento dos custos de produção, bem como o acesso da comunidade à produção, fruição, difusão e intercâmbio dos bens e dos serviços culturais.
Descrição	Construção, reforma, inclusive acessibilidade, adaptação, aquisição de equipamentos e material permanente, infra-estrutura de iluminação, sonorização, climatização, sinalização, segurança, bem como o apoio a projetos caracterizados como espaços itinerantes de difusão de arte e cultura, dentre outros.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Artes
Unidade Executora	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Coordenador Nacional da Ação	Maria Eva da Silva

Fonte: SIGPLAN

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS													
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZADO O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
13	392	1142	1611	P	1					1.000.000		1.000.000	-

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

Trata-se de recursos transferidos, via destaque, pelo Ministério da Cultura para aquisição de equipamentos para o Teatro Municipal de Ariquemes/RO. As metas física e financeira atingiram 100% da previsão.

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA

Metas e resultados da ação no exercício

EXECUCAO FISICA E FINANCEIRAS REALIZADAS												
FUNCAO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA		
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
28	846	0902	0353	OE	1					876.065.949	876.065.949	876.065.949

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Avaliação dos Resultados:

O FDA executou o montante de R\$111.500.114,42 (cento e onze milhões quinhentos mil cento e quatorze reais e quarenta e dois centavos), referentes ao apoio de dos projetos detalhados no item 10 deste Relatório.

2.4 Desempenho Operacional

A análise do desempenho operacional da Sudam, considerando a execução orçamentária e os indicadores de desempenho institucionais, possibilita um balanço positivo da execução orçamentária no exercício de 2009, em que pese todas as dificuldades enfrentadas no decorrer do exercício, conforme poderá ser observado mais adiante.

2.4.1 Programação Orçamentária

Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	53202	533013

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Pessoais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
L O A	Dotação proposta pela UO	7.261.308	9.154.776	-	-	20.681.668	33.359.827	
	PLOA	7.261.308	8.044.076	-	-	7.848.881	9.607.481	
	LOA	7.261.308	8.044.076	-	-	11.828.881	9.807.481	
C R E D I T O S	Suplementares		29.418		-	-	474.520	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	4.601
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinário	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-		-	
Outras Operações		1.453.088			-	-	27.984	
Total		8.743.814	13.144.076	-	-	12.784.426	9.867.616	

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimento		5 - Inversões Financeiras		6 - Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
L O A	Dotação proposta pela UO	17.926.000	18.111.140	-	-	-	-
	PLOA	3.876.000	6.127.541	-	-	-	-
	LOA	15.094.000	7.127.541	-	-	-	-
C R E D I T O S	Suplementares		1.279.156	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinário	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	
Outras Operações		22.600.000	-	-	876.065.949	-	941.182
Total		38.973.156	7.127.541	-	876.065.949	-	941.182

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
L O A	Dotação proposta pela UO	27.942.976	42.514.603	17.926.000	18.111.140	-	-
	PLOA	15.110.189	17.651.557	3.876.000	6.127.541	-	-
	LOA	19.090.189	17.851.557	15.094.000	7.127.541	-	-
C R E D I T O S	Suplementares		503.938	-	1.279.156	-	-
	Especiais	Abertos	-	4.601	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinário	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	5.127.550	-	-	-	
Outras Operações		1.934.112	27.984	22.600.000	877.007.131	-	-
Total		21.528.239	23.011.692	38.973.156	884.134.672	-	-

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Movimentação Orçamentária pro Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Credito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	153063	04121.0757.8892.0010			97.409
		153063	04.122.1430.2272.0010			26.610
		153063	06.182.1027.8363.0010			224.332
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	201044	04.122.0750.2000.0000			40.809
		530017	04.122.0750.2000.0001			135.525
		530010	11.334..0120.6565.0010			100.000
		530010	22.662..0120.6565.0011			100.000
Natureza da Movimentação de Credito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 -Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	153063	04.121.0757.8892.0010	38.818		
		153063	06.182.1027.8172.0010	20.000		
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	420010	13.392.1142.1611.0130	1.000.000		
		530011	28.846.0902.0353.0001		876.065.949	

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Análise

Um dos maiores desafios enfrentados pela Autarquia em 2009 foi otimizar a aplicação dos recursos autorizados após os cortes do seu orçamento. Diante da crescente oferta de projetos apresentados, inclusive via Siconv, buscou-se apoiar aqueles com ênfase nas áreas de defesa civil e planejamento regional.

Assim, nas Despesas Correntes e de Capital, relativamente às movimentações internas, foram concedidos R\$341.351,00 em Despesas Correntes, classificação 3, Outras Despesas Correntes e R\$48.818,00 em Investimentos.

Esses recursos foram aplicados mediante a celebração de convênios e outros ajustes, visando o apoio a projetos para implementação de sistemas de indicadores às ações de desenvolvimento regional, monitoramento de previsão de alerta e desastres na Amazônia, além de realização de Seminário de Desenvolvimento Local.

Quanto às movimentações externas foram recebidos recursos no montante de R\$376.334 para Despesas Correntes – 3 outras despesas correntes, destinados ao patrocínio da “46ª ExpoFeira do Amapá, R\$200.000,00 e ao pagamento do rateio das despesas administrativas com água, luz telefone, segurança, e outras, R\$176.334.

Nas despesas de Capital, relativas às movimentações externas, a SUDAM recebeu R\$877.065.949, sendo R\$1.000.000,00 para aquisição de equipamentos para conclusão do Teatro Municipal de Ariquemes, convênio celebrado em 2006 e, R\$876.065.949,00 para execução do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – Inversões Financeiras.

2.4.2. Execução Orçamentária

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesas Empenhadas		Despesas liquidadas	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	5.947.593	5.376.737	5.947.593	5.376.737
Convite	8.549	28.208	8.549	28.208
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	5.939.044	5.348.529	5.939.044	5.348.529
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.977.673	2.068.892	1.977.673	2.068.892
Dispensa	510.394	299.344	510.394	299.344
Inexigibilidade	1.467.279	1.769.548	1.467.279	1.769.548
Regime de Execução Especial	19.673	24.002	19.673	24.002
Suprimento de Fundos	19.673	24.002	19.673	24.002
Pagamento de Pessoal	5.647.205	11.663.104	5.647.205	11.636.404
Pagamento em Folha	5.424.716	11.335.518	5.424.716	11.335.518
Diárias	222.489	327.586	222.489	300.886
Outros (Não Aplicável)	33.099.146	895.997.314	33.099.146	895.997.314

Fonte: Coordenação Geral de Administração e Finanças

A Sudam ao longo de 2009 realizou dezenove (19) procedimentos licitatórios, conforme abaixo demonstrado:

Tabela 7 - Quantidade de Licitações realizadas em 2009

Status	Modalidade	Quantidade
Suspensa	Tomada de Preço	01
Deserto	Pregões	03
Fracassado	Pregões	03
Concluídos	Pregões	12

Os valores empenhados na modalidade Inexigibilidade de Licitação, no exercício de 2009 apresentaram um considerável acréscimo, perfeitamente justificado pela contratação do Banco da Amazônia para prestação de serviço de análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos no âmbito do FDA, no valor de R\$5.100.000,00. Somando-se ainda despesas com patrocínio de eventos pela SUDAM no valor de R\$498.740,00.

O valor comprometido com o enquadramento em dispensa de licitação, em comparação com o ano de 2008, ficou reduzido. No ano anterior contratações por essa modalidade somaram R\$510.394, em 2009 houve um decréscimo para R\$299.344. Isso é reflexo dos esforços da Instituição no sentido de suas contratações sejam realizadas mediante Pregão, que garante preços menores e uma ampla concorrência.

Ressalta-se que desse total, R\$176.800,00 origina-se da necessidade de manter por quatro (04) meses, com estribo no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, os serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, considerando que o contrato celebrado em janeiro de 2009 foi rescindido por falta de cumprimento, por parte da empresa contratada à época, das regras estabelecidas.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Despesas	Despesas Empenhadas		Despesas liquidadas		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
	1- Despesa de Pessoal	6.523.522	13.009.318	6.523.522	13.009.318	-	-	6.523.522
03 - Pensões	13.470	17.553	13.470	17.553	-	-	13.470	17.553
08 - Outros Benef. Assistenciais	415	415	415	415	-	-	415	415
11 - Vencimento e Vantagens Fixas	5.411.246	11.317.965	5.411.246	11.317.965	-	-	5.411.246	11.317.965
13 - Obrigações Patronais	961.557	1.542.748	961.557	1.542.748	-	-	961.557	1.542.748
Demais elementos do grupo	136.834	130.637	136.834	130.637	-	-	136.834	130.637
2 - Outras Despesas Correntes	7.163.611	8.452.413	7.163.611	4.588.939	-	3.853.241	4.663.068	4.930.428
08- Outros benefícios Assistenciais	8.163	10.233	8.163	-	-	-	8.163	10.233
14 - Diárias Cíveis	222.489	327.586	222.489	300.886	-	26.700	184.282	300.886
18 - Auxílio Financeiro a Estudante	-	66.384	-	-	-	66.384	-	-
19 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-	79.868	-	-	-	79.868	-	-
30 - Material de Consumo	230.804	381.351	230.804	73.533	-	307.818	76.853	73.533
33 - Passagens e Desp. Locomoção	591.608	499.077	591.608	409.030	-	90.047	514.433	409.030
36 - Outros Serviços de terceiros PF	112.102	217.649	112.102	62.324	-	155.325	106.112	153.514
37 - Locação de Mão de Obra	1.194.743	1.636.503	1.194.743	1.630.825	-	5.678	1.116.839	1.608.878
39 - Outros Serviços de terceiros PJ	4.078.648	2.891.239	4.078.648	1.992.876	-	898.363	2.384.996	1.992.876
41 - Contribuições	278.722	1.955.794	278.722	-	-	1.955.794	-	-
46 - Auxílio Alimentação	178.082	241.996	178.082	-	-	241.996	178.082	241.996
47 - Obrigações Tributárias	15.365	10.905	15.365	10.405	-	500	7.723	10.405
49 - Auxílio transporte	44.596	20.017	44.596	--	-	20.017	44.596	20.017
92 - desp. De Exerc. Anteriores	1.559	3.377	1.559	3.120	-	257	1.559	3.120
93 - Indenizações	206.730	110.434	206.730	105.940	-	4.494	39.430	105.940

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Despesas	Despesas Empenhadas		Despesas liquidadas		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
3- Investimentos	3.060.998	5.146.435	3.060.998	279.443	-	4.866.992	324.557	279.443
42 - Auxílios	921.498	3.048.283	921.498		-	3.048.283	-	-
51 - Obras e Instalações	744.678	324.828	744.678	161.434	-	163.394	-	161.434
52 - Equipamentos e Material Permanente	1.394.822	1.773.324	1.394.822	118.009	-	1.655.315	324.557	118.009

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

A Sudam não tem sob sua responsabilidade a gestão de Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual, é apenas executora de programas geridos pelo Ministério da Integração Nacional e outros Ministérios, como do Meio Ambiente.

Execução Física das ações realizadas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
04	121	0750	09HB	OE	1	-	-	1.337.598	-
04	121	0750	2000	A	1	-	-	18.141.590	2.469.792
04	126	0750	2003	A	1	-	-	635.437	258.775
04	301	0750	2004	A	1	Pessoa Beneficiada	770	352.855	29.738
04	301	0750	20CW	A	1				
04	306	0750	2012	A	1	Servidor Beneficiado	150	241.996	-
04	331	0750	2011	A	1	Servidor Beneficiado	80	20.017	-
04	365	0750	2010	A	1	Criança Atendida	24	10.233	-
04	121	0757	8892	A	1	Sistema Mantido	1	1	1
04	121	1430	8898	A	1	Diagnóstico Realizado	7	1	1
04	121	0757	2272	A	1				
04	121	1430	2272	A	1				
04	127	0512	8689	A	1	Zoneamento Realizado	15000	10000	10000
04	128	0757	4572	A	1	Servidor Capacitado	158	158	0

04	128	1430	8917	A	1	Pessoa Capacitada	6	6	6
06	182	1027	8172	A	1	Entidade Apoiada	5	1	1
06	182	1027	8363	A	1	Estudo Realizado	3	1	1
09	272	0089	0181	OE	1	Pessoa Beneficiada	2	2	0
15	244	1025	7K66	P	1	Projeto Apoiado	5	1	1
19	571	1388	4544	A	1	Centro Apoiado	2	0	0
19	573	1430	8340	A	1	Rede Implantada	1	0	0
19	691	1430	8902	A	1	Iniciativa Apoiada	9	2	2
22	333	1025	6424	A	1	APL Viabilizado	5	5	5
22	333	1025	6424	A	1	APL Viabilizado	100%	100%	100%
23	122	1025	2272	A	1				
11	334	0120	6565	A	1				
22	662	0120	6551	A	1				
13	392	1142	1611	P	1				
28	846	0902	0353	OE	1				

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Análise dos Resultados

O orçamento 2009 teve recursos aplicados com base nos Programas e Ações delineados no “Plano de Ação 2009 da Sudam – Programas e Ações Orçamentárias Finalísticas”, o qual foi o documento balizador das ações institucionais para o ano de 2009. O Plano visou orientar as ações da SUDAM a serem realizadas no exercício 2009, em torno de prioridades expressas por uma estrutura de programas e ações a serem executadas com recursos do Orçamento Geral da União, conforme diretrizes da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO/2009) e estimativa de receita e fixação de despesa estabelecidas na Lei nº 11.897 (LOA/2009), de 30 de dezembro de 2008, bem como as não-orçamentárias e as que tiveram continuidade em 2009 em decorrência da execução orçamentária dos Restos a Pagar de 2007 e 2008.

Os recursos recebidos da União foram na ordem de R\$31.311.249,00, composto por Dotação Inicial no valor de R\$24.979.098,00 + Crédito Adicional no valor de R\$5.132.151,00 + Destaques no total de R\$1.200.000,00, sendo que na rubrica Destaques está incluso recursos no valor de R\$1.000.000,00, distribuído no Programa “1142 - Engenho das Artes” de Emendas

Parlamentares e R\$200.000,00 pelo programa “0120 - Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”, recursos recebidos do Ministério da Integração para execução pela SUDAM.

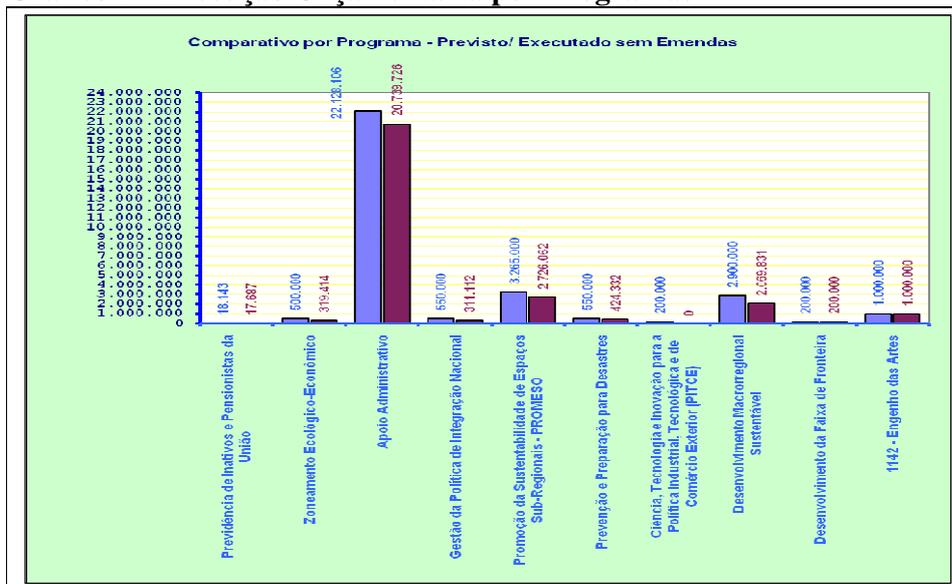
Desse total a Sudam executou 89%, ou seja, foram empenhados recursos na ordem de R\$27.008.164,00, conforme tabela e gráfico abaixo.

Tabela 8 - Execução Orçamentária - Por Programa

COD. PROG.	NOME PROGRAMA	Dot. Inicial	Cred. Adic	Dest. Rec.	Autorizado	Empenhado	% Exec.
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	18.143	0		18.143	17.687	97%
0512	Zoneamento Ecológico-Econômico	500.000	0	0	500.000	319.414	64%
0750	Apoio Administrativo	16.995.955	5.132.151		22.128.106	20.739.726	94%
0757	Gestão da Política de Integração Nacional	550.000	0		550.000	311.112	57%
1025	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	3.265.000	0	0	3.265.000	2.726.062	83%
1027	Prevenção e Preparação para Desastres	550.000	0		550.000	424.332	77%
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	200.000	0	0	200.000	0	0%
1430	Desenvolvimento Macrorregional Sustentável	2.900.000	0	0	2.900.000	2.069.831	71%
0120	Desenvolvimento da Faixa de Fronteira			200.000	200.000	200.000	100%
1142	Engenho das Artes			1.000.000	1.000.000	1.000.000	100%
	T o t a l	24.979.098	5.132.151	1.200.000	31.311.249	27.808.164	89%

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

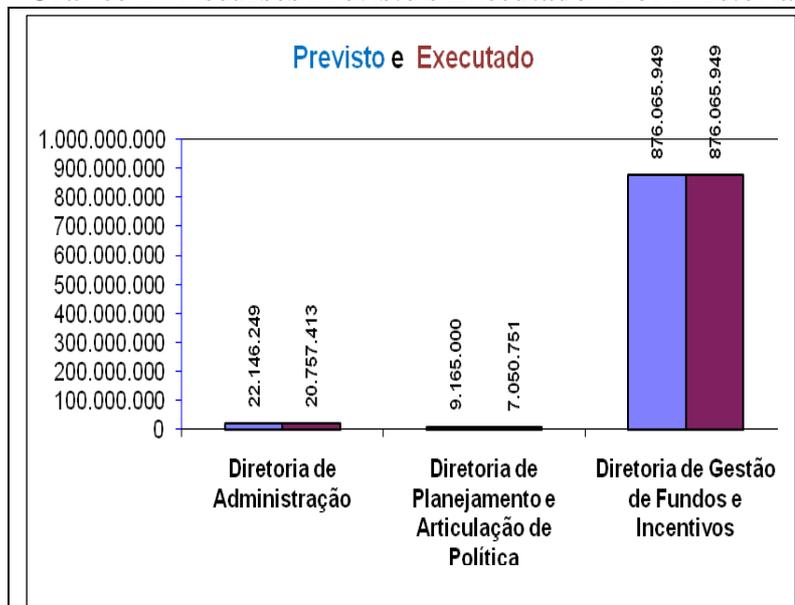
Gráfico 1 - Execução Orçamentária por Programas



Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

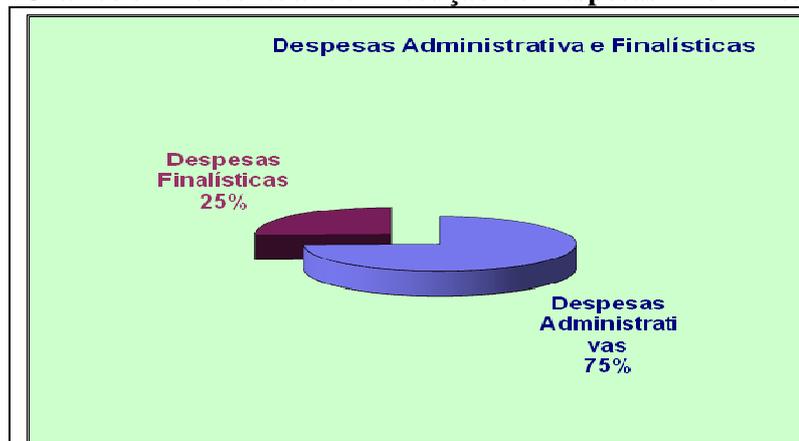
Quanto as Despesas Administrativas a Sudam recebeu recursos da ordem de R\$ 22.146.249,00 e realizou uma despesa de R\$ 20.757.413,00 correspondendo a 94% do previsto. A participação da Despesa Administrativa no total do orçamento da SUDAM corresponde a 74,65%, conforme tabela e gráficos abaixo.

Gráfico 2 - Recursos Previsto e Executado - Por Diretoria



Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Gráfico 3 - Percentual de Execução de Despesas - Por Área



Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

As Despesas Finalísticas (Plano de Ação) participaram com 25,45% do orçamento total da SUDAM e receberam recursos da ordem de R\$ 9.165.000,00, sendo que desse total R\$2.200.000,00 foram de emendas parlamentares, R\$1.000.000,00 recebido através de destaque do MI e R\$1.200.000,00 do Orçamento da SUDAM, tendo sido executado um total de R\$7.050.751,00, que corresponde a um percentual de 77% de execução.

A ação Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, cujos recursos oriundos do 1,5% das liberações realizadas pelo FDA são destinados ao custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional definida pela Resolução Condel nº 08 de 18 de novembro de 2008 que estabelece critérios de aplicação dos recursos destinados ao custeio de atividades em Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia.

As contrapartidas serão exigidas de acordo com a classificação dos estados da Amazônia Legal, nas seguintes categorias/proporções:

Categoria	Relação Recursos / contrapartida	Estados
A	80 / 20	Pará, Amazonas e Mato Grosso
B	90 / 10	Maranhão, Rondônia, Tocantins, Amapá, Roraima e Acre

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

Proposta de distribuição dos recursos: os recursos para apoio às ações de C&T obedecerão aos seguintes critérios e proporções:

a) 20% serão destinados à demanda ampla, para atendimento a concorrência de projetos para toda a Região;

b) 80% para ser dividido para as demandas específicas dos Estados da Amazônia Legal, considerando o grau de desenvolvimento econômico e social e as prioridades de cada Estado, e ainda, o grau de dinamismo econômico.

As áreas priorizadas são aquelas que se enquadram nos recursos orçamentários da SUDAM para o exercício de 2009 e resultaram de um amplo diálogo envolvendo os Secretários de C&T da Amazônia Legal, quais sejam: Florestal não Madeireiro, Agricultura Familiar, Bio-cosméticos, Aquicultura e Pesca, Bioenergia, Biotecnologia em Recursos Naturais e Biofármacos.

Considerando que o resultado financeiro de arrecadação para essa atividade até 31/12/2008 eram na ordem de R\$8.790.114,17 e que passou para o exercício de 2009, como superávit financeiro, e ainda havia previsão de R\$2.295.151,97 para arrecadação no exercício, o que totalizava R\$10.775.200,00, valor este que foi solicitado ao Ministério da Integração Nacional a suplementação das dotações das ações abaixo (orçamento 2009) – controle SIDOR 001021:

Foi solicitado ao Ministério da Integração a suplementação às dotações das ações constantes do quadro abaixo (orçamento 2009) – controle SIDOR 001021 no total de R\$10.775.200,00, valor este composto pelo superávit financeiro de 2008 (R\$8.790.114,17) e arrecadação do exercício 2009 (R\$2.295.151,97).

Tabela 9 - Ações da área de Ciência, Tecnologia e Inovação

Funcional/Ação	ND	Previsão LOA	Suplem. Solicitada	Total
Ação 19.571.1388.4544.0103 - Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos Na Amazônia Legal	Custeio	150.000	6.013.070	6.163.070
	Capital	50.000	2.577.030	2.627.030
Ação 19.573.1430.8340.0010 - Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação Na Região Norte	Custeio	25.000	1.529.570	1.554.570
	Capital	85.000	655.530	740.530
Total		310.000,00	10.775.200,00	11.085.200,00

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

No que pese os esforços da Sudam e do Ministério da Integração com a Secretaria Federal de Orçamento - SOF, no ano de 2009, a suplementação não foi efetivada, o que prejudicou toda a programação de execução para as ações previstas na Resolução nº 08 de 18/08/2008, considerando que a previsão orçamentária era apenas de R\$310.000,00 (quadro acima), insuficientes para atender as demandas de C&T para os 09 (nove) Estados da Amazônia Legal.

Outro fator que merece destaque quanto à execução do orçamento 2009, foi a tentativa de execução de Emenda Parlamentar da bancada do Estado do Pará, que estava alocada no orçamento do Ministério da Integração Nacional na Ação, funcional programática 22.333.1025.6424.0084 – Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrada – Aquisição de Equipamentos, emenda nº71150014 no valor de R\$10.000.000,00, autorizado o destaque para a SUDAM através do Ofício nº271/2009 da bancada do Pará de 16/12/2009, foi disponibilizado no Portal de Convênios (SICONV) o Programa Promeso onde foram cadastradas 40 propostas de Prefeituras e Secretaria de Estado do Pará.

Tais propostas chegaram a ser analisadas enquanto se aguardava a liberação do destaque do MI para Orçamento da SUDAM e, em 31/12/2009 o Ministério da Integração comunicou por telefone a CPOR da negativa da transferência, justificando falta de tempo para a mudança de modalidade de aplicação, Investimentos (90) que estava prevista na ação, para Municípios (40) e Estados (30).

2.4.3. Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	228.564,44	607.871,03	462.127,04
2. DIÁRIAS	136.548,57	244.435,03	300.886,15
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.984.841,78	3.072.515,26	3.107.297,26
3.1 Publicidade	58.208,56	134.471,36	92.982,90
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	794.562,05	871.502,30	992.207,28
3.3 Tecnologia de Informação	57.132,91	91.150,18	301.582,00
3.4 Outras Terceirizações	1.074.938,26	1.975.391,42	1.720.525,08
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS	19.501,80	11.027,34	24.504,39
5. CARTÃO DE CRÉDITO DO GOVERNO	7.250,00	8.027,34	24.504,39

Fonte; Coordenação Geral de Administração e Finanças

Análise da Evolução dos Gastos

Com referência aos gastos ocorridos nos anos de 2007/2008, consideramos, no primeiro, momento a média de gastos ocorrida naqueles períodos, apresentando-se da seguinte forma:

1. Passagens - a média desses gastos ficou em torno de R\$418.217,35.
2. Diárias - a média desses gastos ficou em torno de R\$190.491,80.
3. Serviços Terceirizados - a média desses gastos foi de R\$2.528.678,52.
4. Suprimento de Fundos - a média desses gastos ficou em torno de R\$15.264,57.
5. Cartão de Crédito do Governo - a média desses gastos foi de R\$7.638,67.

No primeiro e segundo itens na evolução dos gastos entre 2007 e 2008, com referência as despesas com passagens, diárias e serviços terceirizados (itens 1, 2 e 3), houve acréscimo de 166%, 79% e 55%, respectivamente, na execução física e financeira, o que se justifica pela criação da SUDAM com o retorno das atividades meio e finalísticas.

As despesas realizadas mediante Suprimento de Fundos, no período compreendido entre 2007/2008, ocorreu uma diminuição de 43%, justificado em razão dos gastos dessa natureza passarem a ser realizados através de cartão corporativo, o que ocasionou uma paralisação temporária das programações de fiscalização, face a adoção das medidas necessárias para obtenção do cartão.

Como dito acima, como a despesas de pronto pagamento passaram a ser administradas via cartão corporativo, isso gerou um pequeno acréscimo, aproximadamente 11%, no item Cartão de Pagamento do Governo Federal no período analisado (2007/2008).

Relativamente aos gastos ocorridos no período 2008/2009, consideramos no primeiro momento a média de gastos ocorrida naqueles períodos, apresentando-se da seguinte forma:

1. Passagens - a média desses gastos ficou em torno de R\$534.999,04
2. Diárias - a média desses gastos ficou em torno de R\$272.660,59
3. Serviços terceirizados - a média desses gastos foi de R\$3.089.906,26

4. Suprimento de Fundos – a média desses gastos ficou em torno de R\$17.765,87

5. Cartão de Crédito do Governo - a média desses gastos foi de R\$16.265,87

No exercício de 2009, tomando por base o exercício de 2008, na análise da evolução dos gastos, relativamente às despesas com passagens e diárias, houve uma redução de 24% nas despesas com passagens e um acréscimo de 23%, com diárias.

Essa variação ocorreu em virtude do advento do Dec. nº 6.907, de 21 de julho de 2009, que reajustou os valores das diárias e estabeleceu novos procedimentos para emissão de passagens e diárias, via sistema SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens) para maior transparência no âmbito do Governo Federal.

Com referência ao item 3 – serviços terceirizados, houve um acréscimo de aproximadamente 1%, decorrente da continuidade das atividades administrativas, das quais muitas despesas foram inscritas em restos a pagar, a exemplo citamos, as reformas do Centro de Treinamento, do Auditório Central e das salas do CONDEL, que foram pagas em 2009.

Nos itens Suprimento de Fundos e Cartão de Crédito do Governo, percebe-se um acréscimo de 122% e 205%, respectivamente. Essa elevação decorreu do retorno das atividades desta Autarquia e da retomada da programação de fiscalizações dos projetos de convênios e de benefícios fiscais, além da participação ativa da SUDAM em diversos eventos regionais e nacionais, como feiras, congressos, que demandam despesas dessa natureza.

Na análise dos gastos totais no exercício de 2009, considerou-se a média registrada nos exercícios de 2007/2008 e sua relação percentual com a evolução ocorrida no exercício de 2009, apresentou um acréscimo de 24% na execução física e financeira, justificada pelas razões ao norte apresentadas.

2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas

FUNCAO	SUBFUN-CAO	PROGRAMA	ACAO	TIPO DE ACAO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUCAO FISICA			EXECUCAO FINANCEIRA			
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	LIMITE AUTORIZAD O DECRETO	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010 - RP
09	272	0089	0181	OE		Pessoa Beneficiada	2	2	0	18.143	18.143	17.687	-
04	121	0750	09HB			-	-	-	-	1.378.823	1.378.823	1.337.598	1.378.823
04	121	0750	2000	A		-	-	-	-	18.771.240	16.473.801	18.141.590	2.469.792
04	126	0750	2003	A		-	-	-	-	1.210.870	919.524	635.437	258.775
04	301	0750	2004	A		Pessoa Beneficiada	770	770	-	412.530	388.080	352.855	29.738
04	365	0750	2010	A		Criança Atendida	24	14	-	19.200	19.200	10.233	-
04	331	0750	2011	A		Servidor Beneficiado	80	100	-	88.000	88.000	20.017	-
04	306	0750	2012	A		Servidor Beneficiado	150	151	-	242.842	239.742	241.996	-
04	121	0757	2272	A	1	-	-	-	-	100.000	128.571	8.740	8.740
04	128	0757	4572	A	1	Servidor Capacitado	158	133	0	200.000	171.429	166.146	6.066
04	121	0757	8892	A	1	Sistema Mantido	1	1	1	250.000	130.714	136.227	136.227
22	333	1025	6424	A	1	APL Viabilizado	5	5	5	2.515.000	713.786	2.226.062	2.226.062
15	244	1025	7K66	P	1	Projeto Apoiado	5	1	1	600.000	600.000	400.000	400.000
23	122	1025	2272	A	1	-	-	-	-	150.000	128.571	100.000	40.000
04	127	0512	8689	A	1	Zoneamento Realizado	15.000	10.000	10.000	500.000	317.143	319.414	319.414
04	121	1430	2272	A	1	-	-	-	-	90.000	54.857	48.920	49.920
19	573	1430	8340	A	1	Rede Implantada	1	0	0	110.000	46.929	-	-
04	128	1430	8917	A	1	Pessoa Capacitada	6	6	6	1.050.000	900.000	963.411	963.411
04	121	1430	8898	A	1	Diagnóstico Realizado	7	1	1	722.269	312.795	300.827	300.827
19	691	1430	8902	A	1	Iniciativa Apoiada	9	2	2	927.631	361.886	756.673	756.673
19	571	1388	4544	A	1	Centro Apoiado	2	0	0	200.000	143.571	-	-
06	182	1027	8172	A	1	Entidade Apoiada	5	3	1	250.000	186.429	200.000	200.000
06	182	1027	8363	A	1	Estudo Realizado	3	1	1	300.000	257.143	224.332	224.332
22	662	0120	6551	A	1	-	-	-	-	100.000	-	100.000	-

11	334	0120	6565	A	1	-	-	-	-	100.000	-	100.000	-
13	392	1142	1611	P	1	-	-	-	-	1.000.000	-	1.000.000	-
28	846	0902	0353	OE	1					876.065.949	-	876.065.949	876.065.949

Fonte: Coordenação de Programação Orçamentária

2.4.5 Indicadores de Desempenho

2.4.5.1 Ações de Transferências Voluntárias - Prestação de Contas Analisadas

Indicador: Índice de Redução de Convênios a Aprovar

a) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação de Gestão orçamentária e Financeira

b) Utilidade: avaliar a redução do estoque de convênios a aprovar

c) Tipo: Efetividade

d) Fórmula do Cálculo:
$$IRCA = \frac{\text{n}^\circ \text{ final de convênios A Aprovar} - 1}{\text{n}^\circ \text{ Inicial de convênios A Aprovar}} \times 100$$

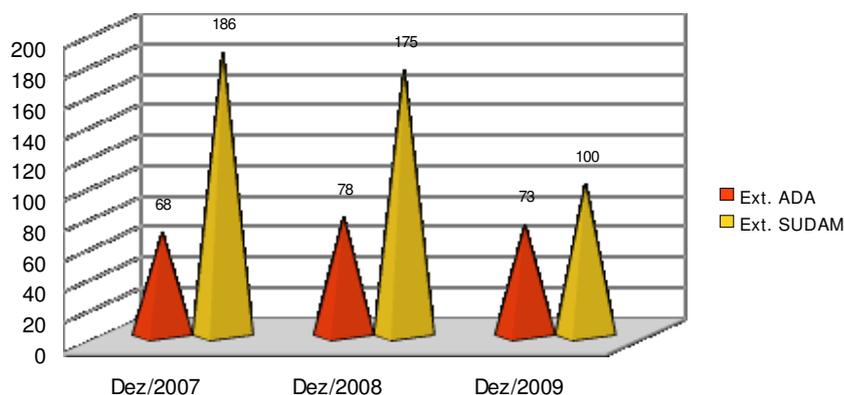
e) Resultado: $((178/255) - 1) \times 100 = -30,19$

f) Análise Crítica:

Os dados referem-se aos registros na conta contábil “a aprovar” em Dez/2008 e Dez/2009. Contudo registramos que para efeito do cálculo do indicador foram considerados apenas os processos em carteira aguardando análise das contas dos convênios. Significa dizer que, os processos com análise conclusiva - mas que por alguma razão permanecem inscritos na conta “a aprovar”, como é o caso dos processos em Tomada de Contas Especial - não foram computados para o cálculo.

Apesar da natureza dinâmica dessa conta, nota-se pela análise do indicador e do quadro de evolução da conta contábil A Aprovar, o esforço institucional para redução do saldo, relativo aos convênios oriundos da extinta Sudam e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA.

Gráfico 4 - Evolução da conta contábil “A Aprovar”



Fonte: Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira

Em que pese o reduzido quadro de servidores envolvidos na análise de prestação de contas, em 2009 foram baixados da conta noventa e três processos.

2.4.5.2 Ações de Transferências Voluntárias - Prestação de Contas Aprovadas

1º Indicador: Taxa de Consistência das Prestações de Contas

- a) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação de Gestão orçamentária e Financeira
- b) Utilidade: avaliar a qualidade técnica das prestações de contas apresentadas à Sudam
- c) Tipo: Eficiência

d) Fórmula do Cálculo:
$$\text{TCPC} = \frac{\text{nº de prestações de contas aprovadas}}{\text{nº de prestação de contas analisadas}} \times 100$$

e) Resultado: $(20/47) \times 100 = 42,5\%$

f) Análise Crítica:

Como se vê o percentual de aprovação foi de 42,5%, ou seja, de quarenta e sete processos de contas analisados, vinte obtiveram parecer favorável à aprovação, onze encaminhadas para instauração de Tomada de Contas Especial e dezesseis notificadas a apresentar documentos e informações.

Para avaliar a evolução desse indicador, comparamos com o resultado de 2008, que foi de 26% e, então, podemos concluir que a qualidade técnica das prestações de contas apresentadas à Sudam tem aumentado. Fator esse atribuído também ao fato de as prestações de contas aprovadas em 2009 são, em sua maioria, referente a convênios firmados com extinta ADA, o que facilita a obtenção de informações.

2º Indicador: Tempo médio de aprovação das prestações de contas

a) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação de Gestão orçamentária e Financeira

b) Utilidade: avaliar o tempo médio de aprovação das prestações de contas

c) Tipo: Eficiência

d) Fórmula do Cálculo:
$$TMA = \frac{\text{Soma da duração (em dias) das PC Aprovadas}}{\text{Nº de Prestação de Contas Aprovadas}}$$

e) Resultado: $(457/3) = 152,3$

f) Análise Crítica:

Para cálculo desse indicador considerou-se as prestações de contas recebidas e analisadas em 2009, excluindo-se prestação de contas com devolução total dos recursos repassados, o que contabilizou um total de 152 dias para conclusão das análises.

Ressaltamos que, como trata do primeiro cálculo, não há histórico de exercícios anteriores para comparação da evolução do desempenho desse indicador.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Composição dos Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	140	REDISTRIB + REQUISITADO	303
Próprios	137	SERV. REDISTRIBUÍDO	300
Requisitados	3	UFRA, UFPA E MIN. FAZ.	3
Celetista	0		0
Cargos de Livre provimento	43	Efetivo + Nom. Carg.Comiss.	43
Estatutários	30	Efetivo	30
Não Estatutários	13	NOM. CARGO COMISSÃO	13
Terceirizados	0		0
TOTAL GERAL	183	TOTAL GERAL	346

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas

Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 E 2009

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	Vencimento e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedido, com ônus)								
2007	127	6.511.909,61	0	0	0	0		
2008	130	7.043.454,64	0	0	0	0		
2009	136	11.394.580,82	0	0	0	0		
Celetista (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	11	-	790.794,52	0	0	0		
2008	15	-	933.154,33	0	0	0		
2009	16	-	1.184.546,34	0	0	0		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	6	-	228.210,83	0	0	0		
2008	5	-	145.387,44	0	0	0		
2009	3	-	171.936,00					
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	NA	-	0	0	0	0		
2008	NA	-	0	0	0	0		
2009	NA	-	0	0	0	0		
Finalidade	Conservação e Vigilância		Conservação e Vigilância		Conservação e Vigilância		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	55	R\$ 866.373,42	20	R\$ 321.743,62			11	22.129,92
2008	58	R\$ 946.832,40	20	R\$ 296.543,37			10	66.278,23
2009	58	R\$ 1.067.581,02	33	R\$ 527.269,84			17	91.189,70

Fonte: Coordenação Geral de Administração e Finanças

Demonstrativos dos Contratos terceirizados de Área-fim no exercício de 2009

Não houve informação da Coordenação-Geral de Administração e Finanças sobre a existência de contratos terceirizados.

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não houve informações da Coordenação de Gestão de Pessoas sobre a existência de indicadores gerenciais sobre recursos humanos

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrência no período.

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	8.249,16	8.249,16	-	-
2007	875.128,28	-	873.428,28	1.700,00
2009	120.034,35	5.451,29	112.867,09	1.715,97
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	553.830.445,55	-	190.339.687,29	363.490.758,26
2007	389.709.230,66	1.592.610,33	239.923.739,70	510.850.408,89
2009	27.770.831,91	68.889.484,71	108.622.279,68	361.062.239,04

Fonte: Coordenação Geral de Administração e Finanças

Análise Crítica

Da totalidade de R\$361.062.239,04, inscritos em Restos a Pagar, R\$334.731.395,18 são recursos do FDA empenhados em 2007 e, que estão sendo liberados de acordo com os cronogramas de desembolso previstos nos projetos. Por outro lado não houve execução orçamentária em 2008.

O restante dos recursos, R\$25.487.318,44, são de convênios empenhados em 2008 e R\$843.525,42 tratam de empenhos para terceiros (fornecedores) a serem pagos no exercício posterior.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

Quadro de Detalhamento das Transferências									
Concedente: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM									
UG/CNPJ: 533013									
Tipo	Identificação	Convenente	Valor pactuado	Contrapartida pactuada	Repasse total até o período	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
1	588715	04.092.680/0001-71 Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno	2.052.715,84	52.715,84	1.503.689,01	496.310,99	29/01/07	31/03/09	Adimplente
1	588718	04.092.680/0001-71 Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno	1.014.273,28	20.285,46	696.993,91	296.993,91	29/01/07	1/07/09	Adimplente
1	589602	05.903.125/0001-45 Prefeitura Municipal de Porto Velho	3.561.020,99	818.839,15	2.687.005,01	55.185,83	30/01/07	10/06/9	Adimplente
1	589604	04.104.816/0001-16 Prefeitura Municipal de Ariquemes	1.703.187,58	653.187,58	258.175,17	231.621,98	30/01/07	09/06/10	Adimplente
1	589607	04.104.816/0001-16 Prefeitura Municipal de Ariquemes	1.141.542,18	1.866.265,98	0	361.854,75	30/01/07	11/07/10	Adimplente
1	589608	04.104.816/0001-16 Prefeitura Municipal de Ariquemes	3.012.815,66	512.815,66	579.709,63	422.201,7	31/01/07	24/10/10	Adimplente
1	702804	34.927.285/0001-22 Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá-IEPA	275.000	25.000,00	250.000,00	250.000,00	02/01/09	02/09/10	Adimplente
1	702813	34.927.285/0001-22 Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá-IEPA	233.722,72	23.500,00	210.222,72	210.222,72	02/01/09	01/09/10	Adimplente
1	702847	34.927.285/0001-22 Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá-IEPA	277.997,1	28.000,00	249.997,1	249.997,1	02/01/09	02/09/10	Adimplente

Fonte: Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira

Análise Crítica

Em razão da obrigação assumida com a celebração dos convênios nºs 588718, 589602, 589604, 589607 e 589608 e do atraso no cronograma de execução das obras, foram liquidados os saldos desses empenhos para evitar solução de continuidade dos projetos.

Foram repassados a título de transferência voluntária em 2009 R\$2.574.388,98, destes R\$1.864.169,16 inscritos em restos a pagar do exercício de 2006, cujas estão em execução. O restante, R\$710.219,82, é oriundo de empenhos inscritos no exercício de 2008.

Os convênios 588715, 588718, 589602, cujo prazo de prestação de contas expiraram em 2009, estão em fase de conclusão de análise, por essa razão estão na situação de “adimplente”.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrência no período

9. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Renúncias Tributárias Concedidas

RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS CONCEDIDAS PELA UJ				CONTRAPARTIDA EXIGIDA
Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, §1º)	Objetivos Sócio-Econômicos	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(1) Decreto-Lei nº 756/1969; (2) Lei nº 9.532/1997; (3) Lei nº 9.808/1999; (4) Decreto nº 94.075/1987 (5) Medida Provisória nº 2.199-14/2001; (6) Decreto nº 4.212/2002; (7) Lei nº 11.196/2005 (8) Portaria nº 2.091-A/2007; (9) Decreto nº 6.047/2007; (10) Decreto nº 6.539/2008; (11) Decreto nº 6.674/2008; (12) Decreto nº 6.810/2009.	(1) Redução do Imposto de Renda e Adicionais Não-Restituíveis sobre o Lucro da Exploração; (2) Reinvestimento; (3) Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF, (4) Depreciação Acelerada Incentivada e do Desconto dos Créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.	Contribuir para o desenvolvimento regional, objetivando a geração de renda, com a manutenção e geração de empregos e os recolhimentos efetivos de impostos.	Enquadramento entre os setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento da região, conforme o Decreto 4.212/2002; situação de regularidade da pessoa jurídica com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, além do licenciamento ambiental para a atividade; a produção superior a 20% da capacidade real instalada do empreendimento; além da devida instrução processual, conforme a Portaria MI 2.091-A.

Fonte: Coordenação Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

Valores concedidos a título de Renúncia e respectiva contrapartida

A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados, é realizada pela Receita Federal do Brasil, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Para identificar os montantes dos recursos financeiros aplicados na forma da

contrapartida exigida para fruição da renúncia tributária, é necessária a apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme já mencionado acima, além de requerer cálculos específicos que são realizados pela Receita Federal do Brasil – RFB.

Assim, os dados necessários ao preenchimento deste quadro não estão disponíveis à Sudam.

Usufrutuários diretos da Renúncia - Pessoa Jurídica e Física

A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados, é realizada pela Receita Federal do Brasil, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Beneficiários da Renúncia - Pessoas Físicas e Jurídicas

A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados, é realizada pela Receita Federal do Brasil, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Ações financiadas com recursos de Renúncia de receita pela própria UJ

A legislação atual não define que, como contrapartida às receitas renunciadas pela União, as pessoas jurídicas beneficiárias da Redução do IRPJ devem desenvolver projetos específicos, mas, sim, que devem aplicar tais recursos em atividades ligadas diretamente à produção ou operação da empresa ou, ainda, que os recursos mencionados constituirão reserva de capital que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social e, também, que em nenhum caso tais recursos poderão ser distribuídos aos sócios ou acionistas, conforme preceituam os artigos 10 e 11 da Portaria do Ministério da Integração nº 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007.

De igual modo, a apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do

Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Indicadores de Gestão de Renúncia de Receitas

INDICADORES								
EXERCÍCIO	METAS				RENÚNCIA/PIB (%)		GERAÇÃO DE EMPREGOS	
	Descrição	Indicador	Previstas	Realizada	Regional	Nacional	Diretos	Indiretos
Exercício 2007	Nº de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício	CGV – Capacidade Geral de Vistoria		38,10%			4.775	
	Nº de vistorias realizadas no exercício / Nº de técnicos que realizaram vistoria	PFV – Produtividade da Função Vistoria		4,00				
	Nº de Laudos emitidos no exercício / Nº de vistorias realizadas no exercício	IPV – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria		1,09				
	Nº de Laudos e Portarias emitidos no exercício / Nº de pleitos existentes	VA – Volume de Pleitos Atendidos	Sem previsão anterior	68%				
	Nº de Laudos e Portarias emitidos no exercício / Nº de pleitos com entrada no exercício	CA – Capacidade de Atendimento		1,07				
	Soma da duração dos processos solucionados com sucesso / Nº de processos solucionados com sucesso	TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos		288 dias				
Exercício 2008	Nº de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício	CGV – Capacidade Geral de Vistoria		157,61%			16.556	
	Nº de vistorias realizadas no exercício / Nº de técnicos que realizaram vistoria	PFV – Produtividade da Função Vistoria		10,36				
	Nº de Laudos emitidos no exercício / Nº de vistorias realizadas no exercício	IPV – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria		1,88				
	Nº de Laudos e Portarias emitidos no	VA – Volume de Pleitos		103,56%				

	exercício / N° de pleitos existentes	Atendidos					
	N° de Laudos e Portarias emitidos no exercício / N° de pleitos com entrada no exercício	CA – Capacidade de Atendimento		3,16			
	Soma da duração dos processos solucionados com sucesso / N° de processos solucionados com sucesso	TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos		282 dias			
Exercício 2009	N° de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício	CGV – Capacidade Geral de Vistoria		94,07%		184.416	
	N° de vistorias realizadas no exercício / N° de técnicos que realizaram vistoria	PFV – Produtividade da Função Vistoria		9,07			
	N° de Laudos emitidos no exercício / N° de vistorias realizadas no exercício	IPV – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria		2,03			
	N° de Laudos e Portarias emitidos no exercício / N° de pleitos existentes	VA – Volume de Pleitos Atendidos		116,10%			
	N° de Laudos e Portarias emitidos no exercício / N° de pleitos com entrada no exercício	CA – Capacidade de Atendimento		2,02			
	Soma da duração dos processos solucionados com sucesso / N° de processos solucionados com sucesso	TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos		234 dias (vide comentário sobre o indicador)			

Fonte: Coordenação Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

Relativamente ao campo ‘geração de emprego’ considerou-se a estimativa de empregos diretos e indiretos gerados a partir da implementação dos projetos e programas financiados com recursos de renúncia de receitas.

O objetivo da apresentação dos indicadores de desempenho das ações de Renúncia Tributárias é avaliar a condução das atividades implementadas pela unidade responsável pelos Incentivos Fiscais na Sudam, objetivando a identificação e avaliação do esforço e da eficiência governamental nesse instrumento de desenvolvimento.

Os indicadores levaram em consideração para sua elaboração os seguintes critérios; utilidade, tipo, fórmula de cálculo, método de aferição, área responsável pelo calculo ou medição, discricção dos desvios estruturais ou situacionais que afetaram os resultados e descrição das medidas implementadas para tratar as causa do insucesso.

1º Indicador – Capacidade Geral de Vistoria – CGV %.

- a) Utilidade: Determinar se a SUDAM tem conseguido vistoriar todos os projetos no mesmo exercício em que foram protocolados.
- b) Tipo: Eficiência.
- c) Fórmula de Cálculo: Capacidade Geral de Vistoria = Nº de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício; $CGV = 127 / 135 = 94,07\%$
- d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão percentual do número de vistorias realizadas no período pelo número de pleitos processados.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Benefícios Fiscais e Financeiros.
- f) Resultado do Indicador no Exercício: 94,07%. Foram vistoriados 100% dos pleitos com entrada em 2009, que necessitavam de vistoria técnica, como os de Redução Fixa e escalonada do IRPJ e atos declaratórios. O restante (5,93%) refere-se a pleitos em que não há a necessidade de vistoria, como Isenção do AFRMM, ato remanescente, incorporações, cisões etc.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: registre-se que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Entende-se não haver insucesso na tomada deste indicador.

2º Indicador - Produtividade da Função Vistoria – PFV.

- a) Utilidade: Determinar se a produtividade dos servidores na vistoria de projetos tem aumentado.
- b) Tipo: Eficiência.
- c) Fórmula de Cálculo: Produtividade da Função Vistoria = Nº de vistorias realizadas / Nº de Técnicos que realizaram vistorias. $PFV = 127 / 14 = 9,07$
- d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de vistorias realizadas pelo número de técnicos responsáveis pelas vistorias.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.
- f) Resultado do Indicador no Exercício: o resultado indicou que, em média, cada técnico responsável realizou pelo menos 9 vistorias no decorrer do exercício de 2009.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

3º Indicador – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria – IPV%.

a) Utilidade: Determinar se as vistorias realizadas pela Sudam têm resultado em emissões efetivas de laudos e se as empresas têm encaminhado projetos dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria = N° de Laudos emitidos no exercício / N° de vistorias realizadas no exercício. $IPV = 258/127 = 2,03$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão entre o número de Laudos emitidos no exercício e o número de vistorias realizadas no exercício.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.

f) Resultado do Indicador no Exercício: indicam que foram emitidos, em média, 2,03 laudos por empreendimento vistoriado. Os pleitos aptos pra vistoria e efetivamente vistoriados encontravam-se dentro dos critérios técnicos definidos na legislação vigente e instruídos conforme o que preceitua a Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007, publicada no DOU, de 15/01/2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que, para cada vistoria realizada podem ser vistoriadas mais de uma linha de produção. Os laudos são emitidos para cada linha de produção vistoriada. O que acarreta o resultado do indicador.

Tomados os números de 2009, teríamos 258 laudos emitidos para 127 empreendimentos vistoriados, resultando em 2,03. O que aponta um resultado superior ao obtido em 2008 (1,88).

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Com a implementação do sistema informatizado de entrada dos pleitos, será possível obter-se a equivalência pleito processado x linha de produção vistoriada, sendo possível, assim, avaliar com maior clareza o resultado para o indicador.

4º Indicador – Volume de Pleitos Atendidos – VA %

a) Utilidade: Indicar se a Sudam tem conseguido reduzir o estoque acumulado de projetos a analisar (laudos a emitir, atendimento a clientes) e se os projetos protocolados na Sudam têm resultado em concessão de benefícios.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: Volume de Pleitos Atendidos = N° de Laudos e Portarias Emitidos no Exercício / N° de Pleitos Existentes [N° de Pleitos Existentes = N° Final de pleitos + N° de entradas].

$$VPA = 274 / 236 = 116,10\%$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão entre o número de pleitos atendidos, sejam laudos ou declarações, e o número de pleitos existentes ‘em carteira’ (número de pleitos de anos anteriores e o número de pleitos com entrada no ano vigente).

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 116,10% indica que no decorrer do exercício de 2008, foi reduzido o estoque de projetos a analisar advindos de anos anteriores e que os projetos protocolados em 2009 resultaram em concessão de benefícios, em sua maioria absoluta.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador. Os números de 2009 apontam resultado melhor que o obtido em 2008.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Com a implementação do sistema informatizado de entrada dos pleitos, será possível obter-se a equivalência pleito processado x linha de produção vistoriada, sendo possível, assim, avaliar com maior clareza o resultado para o indicador. A Diretoria de Gestão de Fundos e Atração de Investimentos decidiu por arquivar pleitos que estavam ‘em carteira’, com demasiado tempo de espera por manifestação das interessadas, o que reduziu o número de processos em tramitação.

5º Indicador – Capacidade de Atendimento – CA %

a) Utilidade: Determinar se a Sudam tem conseguido emitir os laudos no mesmo exercício em que os pleitos têm sido protocolados.

b) Tipo: Eficiência.

- c) Fórmula de Cálculo: Capacidade de Atendimento = N° de Laudos e Portarias Emitidos no Exercício / N° de Pleitos com Entrada no Exercício. CA = 274 / 135 = 2,02.
- d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão entre o número de documentos emitidos no exercício e o número de pleitos com entrada no exercício.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.
- f) Resultado do Indicador no Exercício: Foram emitidos pela Sudam dois laudos e/ou portarias para cada pleito com entrada no exercício.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: O número de laudos emitidos na maioria das vezes é superior ao número de pleitos com entrada no exercício, pois, atualmente, em cada projeto podem ser pleiteados benefícios para várias linhas de produção, ocasionando a emissão de vários laudos para um único pleito.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: A edição da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007, publicada no DOU de 15/01/2008 e o arquivamento de pleitos com instrução incompleta e outros que constavam como pleitos a vistoriar. E a futura instalação do sistema de análise de pleitos de redução do IRPJ, que poderá ocasionar a equivalência pleito x laudo emitido.

6º indicador – Tempo Médio de Tramitação de Processos – TMTP dias.

- a) Utilidade: Indicar o tempo médio de aprovação de um projeto de incentivo fiscal.
- b) Tipo: Eficiência.
- c) Fórmula de Cálculo: Tempo Médio de Tramitação de Processos = Soma da Duração de Processos Solucionados Com Sucesso / N° de Processos Solucionados Com Sucesso. TMTP = 39.551 / 169 = 234 dias.
- d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do somatório da duração (em dias) de cada processo solucionado com sucesso pelo número de processos solucionados com sucesso. Foram tomados por base a data de entrada do pleito e a data da emissão do laudo.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.
- f) Resultado do Indicador no Exercício: O tempo médio de aprovação de um pleito na Sudam, em 2009, foi de 234 dias, considerando pleitos com entrada em anos anteriores. Em 2008, o tempo médio foi de 282 dias.

Vale ressaltar que, exclusivamente para os processos com entrada em 2009, visando redução do IRPJ, o TMTP calculado foi de 83 dias (16.956/202). Para os 9 processos de Isenção do Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante, com entrada em 2009, o TMTP foi de 93 dias (839/9). Para todos os processos solucionados com sucesso e com entrada em 2009, o TMTP foi de 84 dias.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Pleitos de anos anteriores mantidos 'em carteira', sobrestados, sem as completas instruções processuais, que vieram a ser complementados em 2009, tornando-se aptos à vistoria e posterior emissão de laudo, pois assim era permitido pela legislação vigente, à época. Cabe ressaltar que os pleitos que davam entrada na Sudam, quase sempre, possuem instrução processual incompleta, o que contribuiu sobremaneira para o excessivo tempo para o atendimento dos processos.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: novos procedimentos adotados em obediência à Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007, publicada no DOU de 15/01/2008, assim como o arquivamento de pleitos com instrução incompleta que constavam como pleitos a vistoriar.

Não foi possível calcular os valores para os indicadores Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais (ICIF), Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo (CIEI), Índice de Efetividade Social do Incentivo (IESI) e Índice de Efetividade Produtiva do Benefício (IEPB). A Sudam não detém as informações necessárias para a avaliação dos indicadores, assim, será feita uma reavaliação desses indicadores e a forma de coleta dos dados necessários para o cálculo.

Outros dados, como os Valores da Renúncia referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, são decorrentes da apuração dos valores da renúncia fiscal feita pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente, conforme portaria nº 125, de 4 de março de 2009 da Secretaria Receita Federal do Brasil.

Os valores referentes à geração de empregos informados na coluna respectiva dizem respeito apenas aos projetos da modalidade 'Implantação', beneficiários da Redução do IRPJ. Os números referentes aos empregos indiretos não foram coletados. Para 2010 estão sendo coletados estes números para todas as modalidades de projetos vistoriados.

Declaração

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada, posto que as atribuições mencionadas no documento são de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a portaria nº 125, de 4 de março de 2009.

10. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIO-ECONOMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDO

Da dotação orçamentária de 2009, no valor de R\$986.475.535,00, foi empenhado R\$876.065.949,01 que ressalvada a reserva prudencial representa 98,58% dos recursos disponíveis para investimentos e remuneração do agente operador, da Sudam e para investimentos em projetos de ciência e tecnologia.

Estes recursos estão destinados a projetos classificados nas diretrizes e prioridades do Fundo, em consonância com o Plano de Aceleração do Crescimento e Plano Amazônia Sustentável e às diretrizes do governo, como implantação de empreendimentos de geração de energia, telecomunicações e ampliação da fabricação de vergalhão e gotão, que servirá de matéria prima para fabricação de linhas de transmissão.

1º Indicador – Capacidade Geral de Análise – CGA %.

a) Utilidade: Determinar se as cartas-consultas protocoladas na SUDAM no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: $CGA = \frac{CC \text{ Analisadas}}{\text{Total CC Protocoladas}} \times 100 = \frac{19}{20} \times 100 = 95 \%$.

Total CC Protocoladas 20

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do numero de cartas-consultas analisadas pelo numero de cartas-consultas protocoladas multiplicado por 100.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 95% das cartas-consultas protocoladas em 2009 foram analisadas no decorrer do exercício.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

2º Indicador - Produtividade da Função Análise – PFA.

a) Utilidade: Determinar se a produtividade dos servidores na análise das cartas consultas tem aumentado.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo:
$$PFA = \frac{CC \text{ Analisadas}}{N^{\circ} \text{ Técnicos por Análise}} = \frac{19}{3} = 6,33$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de cartas-consultas analisadas pelo número de técnicos diretamente envolvidos na função análise de cartas-consultas.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: o valor indica que cada técnico analisou em média 6 cartas-consultas no decorrer do exercício de 2009.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador. Entretanto ressaltamos os seguintes aspectos que julgamos relevantes:

Em comparação com o ano anterior (5) constatamos um aumento na produtividade de uma análise de pleito por servidor, que creditamos à experiência adquirida na análise das cartas-consulta e na simplificação das exigências para comprovação de documentação no ato da apresentação da CC.

Os servidores envolvidos na análise das cartas-consultas (três servidores) atuam paralelamente na análise de pleitos de adequação técnica de projetos aprovados, liberação de recursos, controle do comprometimento, divulgação e demais atividades relacionadas à operacionalização do Fundo.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

3º Indicador – Taxa de Consistência das Cartas-Consultas – TCCC%.

a) Utilidade: Determinar se a empresa tem encaminhado as cartas-consultas dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela SUDAM e se a qualidade técnica das cartas-consultas apresentadas tem melhorado.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo:
$$TCCC = \frac{\text{CC aprovadas}}{\text{CC analisadas}} \times 100 = \frac{9}{19} \times 100 = 47,37\%$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do número de cartas-consultas aprovadas pelo número de cartas-consultas analisadas multiplicado por 100.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: indicam que 47,37% das cartas-consultas analisadas obtiveram aprovação no decorrer do exercício de 2009.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que a taxa de 52,63% de cartas-consultas devolvidas, se deu em função da apresentação de pleitos fora dos critérios técnicos estabelecidos pela SUDAM, inobservância dos limites de participação do FDA e de recursos próprios, falta de apresentação de documentação indispensável à análise das cartas-consultas, falta de comprovação de idoneidade cadastral e capacidade financeira.

Em comparação com desempenho do ano anterior de 25% registramos um aumento percentual de 89%, que creditamos aos seminários realizados nos estados divulgando e dirimindo dúvidas sobre os normativos do Fundo.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: realização de seminários nos estados da Amazônia legal para divulgação e orientação das normas, destacando os modelos e orientação para apresentação de cartas-consultas e projetos. A assinatura de acordos de cooperação técnica com os estados Amapá e Tocantins para orientação de empresas interessadas em obter incentivos fiscais, são resultados de ações para melhoria desse indicador.

4º Indicador – Tempo Médio de Tramitação de Processos – TMTP dias.

a) Utilidade: Indicar o tempo médio de aprovação de uma carta-consulta.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo:
$$\text{TMTP} = \frac{\Sigma \text{ da duração de cada processo (dias)}}{\text{Numero de processo analisados}} = \frac{660}{22} = 30 \text{ dias}$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do somatório da duração (em dias) de cada processo pelo numero de processos analisados.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 30 dias, indica que no decorrer do exercício de 2009, o tempo médio de aprovação de uma carta-consulta foi de 30 dias, mantendo-se inalterado com relação ao exercício de 2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

5º Indicador – Taxa de Consistência de Aprovação de Cartas-Consultas – TCAC %.

a) Utilidade: Determinar se as cartas-consultas aprovadas pela SUDAM tem resultado em projetos analisados pelo agente(s) operador(es) e aprovados pelo Diretoria Colegiada da SUDAM.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo:
$$\text{TMTP} = \frac{\text{Numero de projetos aprovados}}{\text{Nºs de cartas-consultas aprovadas}} = \frac{3}{9} \times 100 = 33,33\%$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do numero de projetos aprovados pelo numero de cartas-consultas aprovadas, multiplicado por 100.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 33,33%.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Registramos um melhor desempenho neste indicador quando comparado com o do ano anterior de 20%, que creditamos a um melhor entrosamento com o agente operador efetivado através de reuniões e consultas entre as equipes de análise de carta-consulta e de análise de projetos.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Com a contratação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S/A aumentando a diversidade na oferta de instituições financeiras para análise de projetos no âmbito do Fundo e a facilidade de relacionamento dos beneficiários de recursos do Fundo com essas instituições, este indicador poderá ser alavancado.

6º Indicador – Índice de Sucesso dos Projetos Acompanhados - ISA %.

a) Utilidade: Indicar se os projetos acompanhados (pelo agente operador) têm apresentados resultados positivos.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de Cálculo: $ISA = \frac{\text{N}^{\circ}\text{s de projetos acompanhados c/ resultados positivos}}{\text{Número de projetos acompanhados}} \times 100$

$$ISA = \frac{8}{9} \times 100 = 88,89\%$$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada baseia-se na razão do número de projetos acompanhados com resultados positivo pelo numero de projetos acompanhados, multiplicado por 100.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: 88,89% indicam que todos os projetos acompanhados pelo agente operador tiveram resultados positivos, com exceção de um projeto que apresentou falhas/irregularidades, conforme relatório Banco da Amazônia.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

7º Indicador – Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo - CIEI %

a) Utilidade: Indicar se o volume de projetos aprovados no âmbito do FDA tem aumentado, e o impacto desse volume em relação ao Produto Interno Bruto – PIB.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de Cálculo: $CIEI = \frac{\text{Valor total de projetos aprovados do FDA no exercício (R\$)} \times 100}{\text{Total do PIB (R\%)}}$

$$CIEI = \frac{903.936.895,00}{3.332.786.500.218,99} \times 100 = 0,02712\%$$

Obs.: O valor do PIB foi fornecido pela Coordenação Geral de Cooperação e Articulação de Políticas.

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do valor total de projetos aprovados do FDA no exercício (R\$) pelo valor total do PIB (R\$), multiplicado por 100.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: = 0,02712%, indica que o projeto aprovado no exercício tem baixo impacto quando comparado com a projeção do PIB para 2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Verificamos uma melhora no desempenho deste indicador quando comparamos com o desempenho de 2008 de 0,00115%, que atribuímos aos valores dos 3 (três) projetos aprovados em 2009 e a divulgação do Fundo nos demais Estados da Amazônia Legal.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: realização de seminários nos estados da Amazônia legal para divulgação e orientação das normas, destacando os modelos e orientação para apresentação de cartas-consultas e projetos. A assinatura de acordos de cooperação técnica com os estados Amapá e Tocantins para orientação de empresas interessadas em obter incentivos fiscais, são resultados de ações para melhoria desse indicador.

8º Indicador – Índice de Efetividade Social do Incentivo - IESI

a) Utilidade: Indicar se o FDA tem contribuído efetivamente para geração de empregos e renda na região e o esforço financeiro para geração desses empregos.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de Cálculo: $IESI = \frac{\text{Valor total dos projetos financiados}}{\text{Numero total de empregos diretos}} = \frac{903.836.895,00}{516} = 1.751.816$

d) Método de Aferição: A metodologia de cálculo utilizada se baseia na razão do valor total de projetos financiados do FDA no exercício (R\$) pelo número total de empregos diretos que estes projetos geram.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.

f) Resultado do Indicador no Exercício: = 1.751.816, indica que para gerar cada emprego, estão sendo aplicado um esforço financeiro de R\$1.751.816,00, o que está diretamente relacionado com o tipo de empreendimento e com a natureza do projeto, ou seja, ampliação de projetos já existente. Como os empreendimentos aprovados em 2009 estão estritamente ligados a projetos de alta tecnologia relacionados à infraestrutura de geração, transmissão de energia e implantação e ampliação de telefonia fixa a geração de empregos diretos é reduzida, entretanto durante a implantação destes projetos será necessário à contratação de no mínimo 7.000 empregados.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador: Não se aplica, uma vez que não foram detectadas disfunções estruturais ou situacionais neste indicador.

Tabela 10 - Cartas-consulta Aprovadas em 2009

Nº	Empresa	Município	UF	Setor	Objetivo
01	Eletrogoes S/A	Presidente Figueiredo	AM	Infraestrutura	Implantação de uma Usina Termelétrica de 80 MW
02	Boa Vista Empreend. Hoteleiros Ltda	Boa vista	RR	Serviço	Complexo Hoteleiro
03	Serabi Mineração Ltda	Itaituba	PA	Indústria de transformação	Ampliação e modernização da Mina subterrânea do Palito.
04	Jari Celulose S/A	Almerim	PA	Indústria de transformação	Reflorestamento
05	Jari Celulose S/A	Almerim	PA	Indústria de transformação	Modernização da fábrica, em equipamentos da planta de celulose.
06	Telemar Norte Leste S/A	AP/AM/MA/PA/RR		infraestrutura	Implantação, Ampliação e Modernização em Telefonia Fixa
07	Porto Velho Empreend. Hoteleiros Ltda	Porto Velho	RO	Serviço	Complexo Hoteleiro
08	Linha de Macapa Transmissora de Energia S/A	Oriximiná/PA a Macapá/AP		Infraestrutura	Linha de Transmissão de 713 km e subestações.
09	Linha de Xingu Transmissora de Energia S/A	Tucuruí a Jurupari	PA	infraestrutura	Linha de Transmissão de 527 km
10	GRM Florestal S/A	Conceição do Tocantins	TO	Indústria de transformação	Reflorestamento

Fonte: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

Tabela 11 - Identificação dos Projetos aprovados em 2009

Nº	Empresa	Município	UF	Setor	Objetivo
01	Brasnorte Transmissora de Energia S/A (1)	Diversos	MT	Infraestrutura	Transmissão de Energia
02	GERANORTE - Geradora de Energia do Norte S/A	Miranda do Norte	MA	Infraestrutura	Implantação de 2 (duas) UTE'S totalizando 331,7MW
03	Telemar Norte Leste S/A (1)	AP/AM/MA/PA/RR		Infraestrutura	Implantação, Ampliação e Modernização em Telefonia Fixa

Fonte: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

(1) Após a aprovação de seu projeto a empresa entrou com pleito de reformulação de seu empreendimento e recentemente demonstrou interesse em sair da sistemática do FDA, por razões operacionais do grupo controlador.

Tabela 12 - Evolução das liberações

Beneficiária	2008	2009	TOTAL
Gera - Geradora de Energia do Amazonas S/A	16.167.878,93	0,00	16.167.878,93
Geraoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda	22.503.150,00	5.773.804,00	28.276.954,00
Companhia Energética Manauara	31.538.186,45	0,00	31.538.186,45
Porto Franco Energética S/A	25.595.482,46	2.395.476,06	27.990.958,52
Usina Elétrica do Nhandú S/A	22.682.500,00	9.880.075,00	32.562.575,00
Eletrogoes S/A	88.518.072,24	43.515.745,37	132.033.817,61
Brazservice Wet Leather S/A	14.790.316,14	1.111.541,67	15.901.857,81
Alubar Metais S/A	0,00	14.258.280,69	14.258.280,69
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S/A	6.322.217,18	40.697.697,94	47.019.915,12
TOTAL	228.117.803,40	117.632.620,73	345.750.424,13

Fonte: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

Os valores liberados em 2008 e 2009 estão incluídos 5,5%, que se refere aos 2% do Banco Operador, 2% da Sudam e 1,5% da Ciência e Tecnologia.

Avaliação crítica dos resultados alcançados (inclusive quanto aos objetivos e metas previstas vs realizados)

Em 2009 foram liberados recursos do FDA da ordem de R\$111.500.114,42, para projetos de geração de 321,23MW de energia, estando em consonância com a política do governo federal integrada a PROINFA e ao PAC da Infra-Estrutura, e implantação de um curtume, de uma planta frigorífica e ampliação da uma fábrica de vergalhões e gotão.

A implementação de treinamento as pessoas envolvidas no processo, e alteração na forma de análise de Carta Consulta, vem dando maior celeridade do processo de análise como pode observar pela aprovação de 10 (dez) cartas-consultas em 2009.

Do total de recursos do FDA aprovados em 2006, 2007, 2008 e 2009 para projetos em implantação no valor de R\$1.611.634.050,88 foram liberados em 2007, 2008 e 2009 R\$650.652.915,13 representando 40,37% dos recursos aprovados.

Muito embora as liberações dos recursos venham ocorrendo com atraso em relação ao cronograma físico-financeiro aprovado, em decorrência das dificuldades operacionais, a maioria das empresas vem conseguindo cumprir os prazos contratados para início de operação.

Duas empresas iniciaram a amortização de seus financiamentos, no valor acumulado em 2009 de R\$28.560.738,60.

O projeto da empresa GERA – Geradora de Energia do Amazonas S/A, já recebeu o Certificado de Conclusão do Empreendimento – CCE e encontra-se em operação de sua termoelétrica denominada UTE Ponta Negra com capacidade instalada de 81,25 MW.

Os projetos aprovados em 2009 irão gerar quando estiverem em operação, 512 empregos diretos e 558 empregos indiretos e durante a implantação das obras, o que levará em média três anos e serão empregadas mais de 7.000 pessoas, além da geração de impostos federais, estaduais e municipais. Os projetos aprovados, até a presente data em fase de implantação e implantados têm a capacidade de gerar 1.894 empregos diretos e 7.094 empregos indiretos, incrementando a economia regional, conforme quadro a seguir:

Tabela 13 - Número de empregos diretos e indiretos

Seq.	EMPRESA	UF	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Total
1	Gera - Geradora de Energia do Amazonas S/A	AM	50	0	50
2	Geraoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda.	MT	50	0	50
3	Companhia Energética Manauara	AM	150	0	150
4	Porto Franco Energética S/A	TO	10	0	10
5	Usina Elétrica do Nhandú S/A	MT	6	44	50
6	Brazservice Wet Leatherr S/A	MT	132	0	132
7	Eletrogoes S/A	RO	29	0	29
8	Minerva Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	RO	931	6.300	7.231

9	Alubar Metais S/A	PA	20	92	112
10	Brasnorte Transmissora de Energia S/A	MT	90	72	162
11	GERANORTE – Geradora de Energia do Norte S/A	MA	77	0	77
12	Telemar Norte Leste S/A	Div.	349	586	935
TOTAL			1.894	7.094	8.988

Fonte: Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

Todos os projetos que estão em implantação, vêm obedecendo às normas ambientais vigentes, com acompanhamento dos órgãos responsáveis.

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Conforme Anexo A.

11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Conforme Anexo B.

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	0	0
Pensão	0	0

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Conforme Declarações Anexo D

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A VALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Conforme Declaração anexa.

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS